

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dezoito de dezembro do ano de dois mil e vinte.

Aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital ou através de videoconferência, de acordo com o artigo 3º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, na sua atual redação, sob a presidência da Sra. Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à nossa Sessão da Assembleia Municipal. Esta reunião desenvolve-se num contexto complexo e não vou estar a detalhar as limitações que nos são colocadas. A Assembleia Municipal, a Câmara Municipal, e os representantes das forças partidárias ponderaram encontrar um formato que fosse misto e que permitisse alguma interação pessoal e que, simultaneamente, nos desse garantias, do ponto de vista sanitário, de não estarmos a correr riscos, e que também servissemos de exemplo para outras iniciativas que a vida obriga a que sejam desenvolvidas. Digamos que esta situação vai-nos obrigar a alguma disciplina.

Temos aqui connosco as pessoas que operam na área de informática na Câmara Municipal e que já têm feito outras sessões e já estão bastante rotinizados mas, de qualquer das formas, desde já as minhas desculpas por alguma coisa que possa suceder.

Quero pedir, a quem estiver em videoconferência, o favor de desligarem os microfones quando não estão a intervir. É importante também ter os telemóveis e outros equipamentos desligados para não haver interferências. Quando efetuarmos as inscrições para tomarem a palavra não vamos estar aqui com muita preocupação de sequências, as pessoas vão-se inscrever e o Secretário da Assembleia Municipal tomará nota sem grandes preocupações de quem foi primeiro. Temos várias votações e vamos procurar também encontrar a melhor forma e no momento veremos como é que poderemos ser mais produtivos e mais eficientes.

Quero referir que o nosso Concelho já esteve pior do ponto de vista sanitário, de qualquer das formas, penso que a situação ainda é absolutamente controlável. Todos temos que ajudar, isto não é fácil porque o fácil, numa dada perspetiva, era o confinamento total mas a vida não aguenta isso e ninguém aguenta isso. Portanto, num contexto em que não podemos deixar de viver e de dar espaço para as várias atividades, temos que ser sensatos e responsáveis. Penso que no essencial é isso que tem acontecido e, por isso, felizmente o nosso Concelho tem estado em níveis de risco baixos, agora não está tanto, mas vamos ajudar a que a situação não se descontrole. É um esforço de todos e posso de alguma forma dizer com alguma satisfação que têm conseguido até agora manter a situação em níveis controláveis.

Dito isto, passo a palavra ao Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, para proceder à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, cumprimentou todos os presentes e efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente a Sra. Deputada Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que solicitou a sua substituição, tendo sido substituída pelo Sr. Deputado Paulo Sérgio Dias Minas.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificada a falta do Membro da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, Dr. Carlos Jorge Mamede de Carvalheira Almeida, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da

proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas, no montante de 5.238,00 € (cinco mil, duzentos e trinta e oito euros).

III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de doação de prédio à Freguesia de Seixo da Beira.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de não-aceitação da transferência de competências para o município nas áreas da Educação, Saúde (artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto) e Ação Social para o ano de 2021 (artigo 28.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto).

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para as entidades intermunicipais, (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) – (artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto).

VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2020.

VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2020/2023.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quinquénio 2021/2025, o Plano Orçamental Plurianual para o Quadriénio 2022/2025, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2021, a proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2021.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro que está aberta a Sessão.

Passávamos agora à aprovação da ata da Sessão Ordinária de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte. Há alguma objeção relativamente à ata? Não havendo passávamos à votação.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de setembro de dois mil e vinte, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passarmos aos pontos subsequentes queria colocar à vossa consideração a aprovação de um voto de pesar pelas pessoas do nosso Concelho que infelizmente faleceram vítimas da doença Covid-19.”

Efetuada a votação, o voto de pesar pelas vítimas da doença Covid-19 no Concelho de Oliveira do Hospital, foi aprovado por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Passávamos agora às inscrições para as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia.”

Seguidamente iniciaram-se as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por reconhecer o bom trabalho do Município e também da Assembleia Municipal para a realização desta Sessão da Assembleia Municipal com as devidas medidas de segurança.

Venho reconhecer o bom trabalho do Município na limpeza das valetas das estradas porque senão quando houve as intempéries teria sido pior e, mesmo assim, houve grandes danos.

Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal nos desse o ponto da situação ao nível do que foi feito, o que falta fazer, e que nos informasse sobre os custos que estas intempéries nos causaram no nosso Concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é sem dúvida uma Assembleia atípica mas compreensível face ao momento que todos nós estamos a atravessar. E, falando no momento que estamos a atravessar, queria realçar e agradecer a Câmara Municipal a forma como tem organizado o grupo de trabalho que está a fazer o apoio ao Covid, e eu estou muito à vontade para o fazer porque também fui presenteado. É excelente a forma como os Serviços da Câmara Municipal fazem o acompanhamento e neste caso concreto o Gabinete de Apoio ao Covid. A forma interessada, a disponibilidade diária sem horários com que têm acompanhado nesta fase tão difícil que todos nós estamos a atravessar. É uma situação que nos preocupa nas aldeias e não só.

Quero também agradecer e realçar todo o apoio dado às Freguesias na reparação das infraestruturas que foram afetadas nas intempéries. Na nossa aldeia, felizmente, as coisas estão a recuperar.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Vou falar sobre a adaptação da Escola Primária da cidade em instalações da ESTGOH: Tivemos um triste episódio, há uma semana atrás, com a visita de dois Ministros à ESTGOH que vieram abençoar o aumento de alunos nesta escola e a proposta de adaptação da atual Escola Primária da cidade para as novas instalações da ESTGOH. Infelizmente não passou de mais um número dos já habituais que o Sr. Presidente da Câmara Municipal gosta de montar para mostrar que faz alguma coisa, coisa que depois não faz. Senão vejamos: O Sr. Ministro do Ensino Superior disse, e cito, “*a instalação da ESTGOH na EB1 da cidade é uma boa ideia e será desenvolvido o trabalho para identificar as fontes de financiamento*”. Disse também que “*não há um cofre cheio de notas mas que é preciso procurá-lo*”.

A proposta das Grandes Opções do Plano para 2021-2024 tem, de facto, inscrito um projeto com finalidade sob a designação de adaptação do edifício da escola primária de Oliveira do Hospital para futuras instalações da ESTGOH porém, não tem qualquer verba inscrita para 2021, apenas para os anos seguintes, como tem previsto uma fonte de financiamento de 100 % em receitas próprias.

Portanto, vieram dois Ministros a Oliveira do Hospital fazer um número político mas deixaram um recado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Tem aqui uma boa ideia de aproveitar as instalações da Escola Primária para instalações da ESTGOH mas pague-as você.

Estão, assim, identificadas as fontes de financiamento que o Sr. Ministro falava, os Oliveirenses.

Por outro lado, não encontramos a necessária consistência que este projeto e iniciativa deveria apresentar. Em primeiro lugar, a designação refere, “*adaptação do edifício da Escola Primária*”, o que é estanho! Não é para incluir na intervenção o edifício do Jardim de Infância e todo o espaço envolvente?

Por seu lado refere-se como destino da intervenção as futuras instalações da ESTGOH, o que também é estranho! A ideia é transferir todos os serviços das instalações da ESTGOH para novo espaço? E dá para isso ou vamos ter uma ESTGOH mais pequena?

Salvo melhor opinião, e a carecer de melhores estudos, é nosso entendimento que a ideia tem mérito mas, numa lógica de aproveitamento das instalações da EB1 e Jardim de Infância como espaço de expansão das instalações e de serviços da ESTGOH, mantendo as atuais instalações desta com as devidas melhorias, mas sempre sem perder de vista a ambição de, logo que possível e de reunidos os meios físicos e financeiros para isso, se poder concretizar esse grande desígnio que este Concelho não pode abandonar, e que é o de vir a dispor de instalações próprias novas e dignas para a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Só assim esta escola poderá projetar o seu crescimento e cumprir o sonho daqueles que, há data, tudo fizeram para que ela nascesse.

O segundo assunto que trago hoje - Múpis: Esperámos infinitamente pelos múpis e eles aí estão, e é mais do mesmo! Este Executivo apenas procedeu a um restauro dos múpis e o problema mantém-se. Continuam virados para sul para que o sol impeça a visualização do seu conteúdo.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me, antes de ir aos assuntos que me trazem aqui, dar duas notas prévias muito rápidas. A primeira nota é para dar um cumprimento de esperança a todos que direta ou indiretamente foram afetados por esta pandemia.

A segunda nota é para saudar o bom senso que a Mesa da Assembleia demonstrou ao ter optado pela realização desta Assembleia em formato misto. Aliás, esta tinha sido uma ideia deixada por nós na última Assembleia Municipal.

Feito este parêntesis, e em sentido oposto a esta ultima nota, registamos com desgosto a falta de bom senso que houve por parte de quem promoveu a apresentação do hino Os Super Saudáveis na Escola Básica e que teve a contribuição deste Executivo e foi responsável ao que ali assistimos em plena pandemia, não pela mensagem em si, como é obvio, mas pelo contrassenso com as medidas a que todos apelamos, desde o distanciamento físico, o uso de máscara, evitar grandes aglomerados de pessoas em espaços fechados, etc, etc.

Outra contradição é que o Executivo, por um lado, apela a uma alimentação saudável e, por outro lado, distribui kits com doces no início do ano letivo. Portanto, não podemos estar a pedir cuidados redobrados e depois não os praticar. Em suma, foi um triste espetáculo que lamentamos!

O segundo apontamento que nos preocupa bastante tem a ver com o apelo deixado aqui na última Assembleia para a realização de testes de uma forma regular às nossas IPSS e Fundação. Sabemos que a testagem é da maior importância no controlo desta pandemia nestes sítios muito sensíveis, mais do que propriamente a aquisição de ventiaidores se, depois, não temos os recursos para lidar com eles. Sobre esta matéria gostaríamos de saber, Sr. Presidente, se esta testagem periódica avançou mesmo e qual é o seu ponto de situação?

Por falar em saúde gostaríamos também de saber como é que está a concretização do projeto revolucionário que o Executivo tinha, ou tem, para a saúde no nosso Concelho?

E, já agora, como é que o Executivo explica aos Oliveirenses que um paciente tenha autorização médica para ser transferido de Coimbra para Oliveira e não o possa fazer?

Enfim, continuamos com uma saúde doente e em estado crítico no nosso Concelho, infelizmente!

Um outro assunto que nos preocupa tem a ver com os transportes escolares: Um aluno que tenha apenas aulas da parte da manhã e que necessite de transporte para regressar a casa a seguir ao almoço terá que esperar até ao fim do dia para o poder fazer, e isto também não achamos razoável.

Por outro lado constatamos que oficialmente estão inauguradas as próximas eleições autárquicas no nosso Concelho. Parece que vamos assistir a um 2021 com o mesmo desfile de há quatro anos. Pois, dois Ministros, a semana

passada, já cá estiveram, falta apenas a vinda do Sr. Ministro das Infraestruturas para vir enviar um pedido de desculpas, tal como fez em Coimbra, sobre o IC6. Estamos todos recordados do desfile que foi nessa altura e das promessas que houve sobre o IC6 e foi-nos dito, há data, e cito, “*que estavam reunidas todas as condições e autorizações orçamentais necessárias para a realização do projeto de continuidade do IC6*”.

Contudo, a realidade que constatamos é outra e estamos hoje pires do que estávamos há quatro anos até porque os projetos ambientais caducaram. Consequências políticas a nível local também não foram retiradas mas gostaríamos de ouvir uma palavra do Executivo sobre o ponto de situação desta tão badalada novela.

Dito isto, temos também dúvidas que gostaríamos de ver esclarecidas: Após uma consulta rápida à base de dados de contratação pública gostaríamos que nos fosse explicado o fim para o qual se contratou um sistema de geolocalização de viaturas e gestão de frotas no valor de quinze mil euros. E também neste portal encontramos um contrato de sete mil euros para iluminação de Natal, do mesmo valor que em 2018, e mais do que no ano passado. Tendo em conta o que nos foi dito, que se pretendia contratar uma empresa só que as dificuldades inerentes ao comércio local devido a esta pandemia já não o iriam fazer optando antes pela reutilização de material antigo, e bem, no nosso entender, mas não percebemos bem a coerência entre o que foi dito e a celebração deste contrato.

Mesmo para finalizar, gostaríamos também de deixar aqui algumas reflexões e uma proposta, nomeadamente na sequência de uma intervenção que foi feita aquando da última volta a Portugal sobre a criação da marca cidade de Oliveira do Hospital. E, para isso, nada mais do que nos recorrermos a especialistas nestas áreas das marcas da cidade, *City Branding*, e que são unânimes em considerar, e aqui passo a citar, “*Tal como acontece com as pessoas, as cidades são únicas, não há duas iguais, as características que as tornam especiais são aquelas que devem ser destacadas e valorizadas. Conseguir fazer isto não envolve apenas uma questão de recursos mas sim de encontrar e de saber contar o que é que as torna diferentes. Devem criar-se uma série de mensagens e de experiências coerentes que não originem uma sessão de ofertas dispersas e sem relação entre elas.*”

Ora, é exatamente isto que achamos que não acontece cá. Isto é, queremos realmente promover o nome e a marca Oliveira do Hospital? Aqui também divergimos. No nosso entender devemos trabalhar continuamente algo

distinto e original como aconteceu, por exemplo, com a marca Capital do Móvel, em Paços de Ferreira, ou a Capital da Cereja, no Fundão, ou mesmo a Capita do Chocolate, em Óbidos, para citar, aqui, apenas alguns exemplos.

A este respeito deixamos aqui uma sugestão, uma ideia, em jeito de proposta ao Executivo: Ser criada e trabalhar, por exemplo, a marca Capital das Confeções, em Oliveira do Hospital. Seria, por um lado, uma forma digna de homenagear todos os empresários, e que são muitos nesta área, e na qual temos tanto passado, e, por outro lado, a criação de uma verdadeira marca diferenciadora. Outra opção poderia ser, por exemplo, a Capital dos Caminhos Pedestres. E mais exemplos havia mas por aqui me fico com mais esta sugestão.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Na Assembleia de setembro questionei o Sr. Presidente da Câmara Municipal relativamente a um buraco enorme que está na Estrada Municipal que liga Avô a Pomares. Diariamente sou confrontado por Municípes, tanto de Avô como de Pomares, e pretendo saber qual é o ponto da situação, até porque temos o inverno à porta e há algum receio que alguma coisa possa acontecer.

O segundo aspeto que quero falar, o Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Castanheira, já falou, tem a ver com o Gabinete de Gestão do Covid-19. Gostaria de frisar aqui o seguinte: Infelizmente também já estive em isolamento profilático, não porque tivesse a doença mas porque a minha filha e a minha esposa tiveram, e deu para perceber uma vertente dos Serviços Municipais relacionado com a recolha do lixo. Não tinha a noção que fariam aquele trabalho, e é de louvar a ação que a Câmara Municipal tem. Penso que o faz no Concelho todo. Os Serviços Municipais vão à porta das pessoas que estão em isolamento profilático recolher o lixo e, por isso, quero dar os parabéns à Câmara Municipal.

O último aspeto que quero falar tem a ver com a quadra que se está a aproximar: De hoje a oito dias é Natal e quero desejar a todos os presentes e aos que estão em videoconferência um Santo Natal e que o ano de 2021 seja mesmo para esquecer o ano de 2020.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Numa altura particularmente difícil para Oliveira do Hospital gostaria de começar por me solidarizar com as pessoas que têm passado por esta doença e com as famílias que infelizmente têm perdido entes queridos. Solidarizar-me também com todos aqueles que no terreno trabalham para que os efeitos desta pandemia sejam o menor possível.

Gostaria de fazer uma nota prévia: De facto, o Eng.º Rafael tem razão! Parece que já se começa a ver que o ano 2021 vai ser um ano de eleições. A questão é que a razão não é o trabalho do Executivo, que é permanente e começou em 2009, e não é a atenção que o Governo dá a Oliveira do Hospital. É, na realidade, outro facto. É o aparecimento, hoje, na Assembleia Municipal do líder da oposição que esteve desaparecido em combate. De facto o líder da oposição, passados tantos meses de não fazer intervenções, não fazer oposição, decide, hoje, vésperas do ano de 2021, para não dizer que só começou em 2021 e que começou em 2020, vir à Assembleia Municipal fazer algumas críticas e, na realidade, não tendo muito para dizer ou criticar sobre o trabalho que está a ser feito em Oliveira do Hospital, resolve apontar ao Governo, como se fosse o Governo que fosse disputar eleições com ele em 2021.

Numa outra lógica, e para terminar, é bom perceber que Oliveira do Hospital, apesar de estar a atravessar um momento difícil, continua a fazer aquilo que vai marcando esta governação do Partido Socialista e que é apoiar aqueles que mais precisam, é investir na Educação, é aumentar a participação cívica, porque se há coisa que esta pandemia nos mostra com bastante evidência é que estamos todos ligados uns aos outros, e estamos todos dependentes uns dos outros e, por isso, naturalmente, gostaria de realçar medidas como promoção para comprarmos no comércio local, que também é uma forma de solidariedade e que nos permite perspetivar o futuro.

Saudar também a reedição do Orçamento Participativo Jovem, que é uma ferramenta muito importante na promoção da democracia e da intervenção cívica dos nossos jovens, a contínua aposta na política de natalidade que nos consagra novamente como Autarquia Familiarmente Responsável. São tudo coisas que no momento de grande dificuldade para o Concelho nos fazem perspetivar um bom futuro e esta pandemia vem-nos dar uma lição evidente: O Concelho não será nada no futuro sem percebermos que estamos todos ligados uns aos outros, dependentes uns dos outros, e que só a solidariedade será capaz de nos dar um futuro comum e, por isso, estamos no caminho certo.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui uma nota sobre os momentos difíceis que estamos a atravessar e do apoio que temos tido. Esse apoio é claramente da Câmara Municipal, das suas equipas, do Gabinete de Gestão do Covid-19. É de realçar toda a atividade que se faz no terreno em situações claramente difíceis, e que já foram realçadas nas intervenções dos meus antecessores, especialmente esta situação de recolha do lixo na casa das pessoas que estão infetadas. É de realçar tudo isto que estamos a fazer para os Oliveirenses e para a comunidade de Oliveira do Hospital.

Dar também uma nota sobre a relação de proximidade e de responsabilidade que a Câmara Municipal está a ter com todos os Municípes. Muitas vezes fala-se que a Câmara Municipal não está presente, não dá apoios, não está próxima das pessoas, não está próxima dos comerciantes, não está próxima do comércio local, não está próxima dos empresários, mas é precisamente o contrário. Tem havido apoios ao comércio local, tem havido apoios aos empresários, e estes apoios são públicos. Às vezes o negar isto é não querer ver, que é a coisa pior que pode existir.

Há apoio também, naturalmente, na isenção de taxas e há uns apoios que são tão importantes como outros quaisquer, e tem a ver com o seguinte: Vocês sabem que toda esta situação pandémica que estamos a viver causou-nos um problema grave porque há muitas atividades que pararam como por exemplo as atividades das coletividades do nosso Concelho, nomeadamente filarmónicas e outras, e a Câmara Municipal mantém os apoios para manter vivas as tradições desenvolvidas por pessoas que no dia-a-dia se orgulham de contribuir para a parte social do nosso Concelho.

Há pouco falava-se na Saúde. Há mais Saúde no nosso Concelho, se não querem ver isso é outra questão! Há um médico de família no Seixo, neste momento. Isto é a realidade! Há apoio nos medicamentos para as famílias carenciadas, há apoio às famílias com dificuldades alimentares.

Às vezes critica-se, e recentemente saiu um Boletim Municipal e diz-se até que é uma propaganda e eu acho que o devemos entender como outra coisa: Como prestar contas aos Municípes da obra e do investimento que a Câmara Municipal faz e que as Freguesias fazem.

Não é só a Câmara Municipal que faz obras, as Freguesias também as fazem, e fazem-nas com as transferências e com as receitas que têm e é de louvar todo esse esforço das Freguesias e dos seus Presidentes de Junta. O

Boletim Municipal serve para os munícipes e fregueses se reverem na obra que está a ser feita.

Depois, há aqui uma outra situação: Meus amigos, provavelmente isto vai ser referido proximamente mas deixem-me dizer isto porque eu sinto isso: Éramos contra a ESTGOH, não queríamos saber da ESTGOH, estávamos a deixar acabar a ESTGOH e, agora, vamos aqui defender a ESTGOH e criticar o esforço que está a ser feito para ter a ESTGOH. Por amor de Deus! Abstenho-me de dizer mais alguma coisa.

Queria realçar aqui uma outra situação: A força e resiliência dos Oliveirenses nos momentos difíceis, na situação que estamos a viver, no continuar a desenvolver o nosso Concelho e dinamizar o nosso Concelho. Também dizer que isto só é possível porque temos uma grande equipa à frente da nossa Câmara Municipal e temos um Presidente de excelência. Isto só é possível assim! Há toda uma equipa que trabalha, os técnicos, os administrativos, toda a gente trabalha aqui e isso também é importante realçar.

Quero desejar-vos um santo, doce, e feliz Natal. Desejar-vos as maiores venturas, a maior saúde, e que consigamos todos unidos com muita força, com muita garra, ultrapassar estes momentos difíceis que estamos a viver. Podem ter a certeza que vamos todos continuar juntos e que vamos vencer e vamos ultrapassar esta situação que nos está a assolar a todos.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Embora entenda que estamos a atravessar momentos muito difíceis mas a vida vai ter que continuar e, por isso, venho mais uma vez apelar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para, se for possível, mande fazer a marcação das estadas porque em dias de nevoeiro a circulação rodoviária é mesmo muito difícil na minha zona e possivelmente também nas outras Freguesias.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao longo destes anos, sempre defendeu que em primeiro lugar estavam as pessoas, e isso está justificado porque dá bens alimentares, ajuda na fatura da água, ajuda nos medicamentos, etc. Portanto, se mandar marcar as estradas também está a ajudar as pessoas na segurança rodoviária porque é um bem para toda a gente. Por isso, fica aqui mais um apelo para além dos outros que já tenho feito em anteriores Assembleias.

Desejo a todos um Feliz Natal e um Bom Ano.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“O CDS-PP como sempre viu além da espuma dos dias e sempre defendeu uma estratégia alternativa para o Concelho vem aqui trazer três tópicos que entendemos fundamentais para o futuro do Concelho porque infeliz e felizmente há vida para além do Covid e, nesse sentido, gostaríamos de inquirir o Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre quais os progressos efetuados na análise da proposta aprovada, aqui, nesta casa, por maioria, na última Sessão, relativa à floresta e ordenamento territorial?

Caso eles não sejam relevantes, o CDS-PP mais informa que na próxima Sessão porá a consideração desta casa a criação de uma comissão de acompanhamento para a mesma pois, entendemos, como tem sido público e efetuado pelas demais intervenções do partido aqui na Assembleia, que essa é uma área fundamental para o futuro do Concelho.

Depois, saudar a disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara Municipal em ter acolhido a nossa preocupação para com os jovens do Concelho, que já vem de longa data, relativamente à Biblioteca Municipal e à sua disponibilidade para o alargamento do funcionamento da mesma em período de exames e, em boa hora, o CDS-PP fará chegar a breve trecho as datas corretas relativas ao período de exames para o Executivo pôr em prática a medida.

Depois, lamentar que não tenha havido a mesma abertura por parte do Executivo relativamente à estratégia que o CDS-PP publicou, referiu e publicitou, relativamente ao comércio local, porque entendemos que a estratégia seguida pelo Concelho é uma estratégia que não se aproxima tanto da realidade e entendemos que deveria ser mais ambiciosa. Pois, parece-nos que a crise económica e social que poderá advir desta crise pandémica será, provavelmente, maior do que a própria crise sanitária em si. E, nessa medida, propusemos, como é sabido, a locação das verbas gastas em eventos, que infelizmente não pudemos realizar, com é o caso da Feira do Queijo ou da EXPOH, para o transformarmos num *voucher* de vinte euros para cada um dos Municípios poder investir no comércio local, funcionando como estabilizador do consumo e mecanismo de compensação face às perdas económicas, uma vez que o mecanismo de prémios proposto pelo Executivo é um mecanismo que pressupõe um investimento à priori e isso implica que hajam rendimentos e nós estamos a falar, infelizmente, de um Município cujo rendimento médio é trezentos euros abaixo do rendimento médio nacional.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Ainda há pouco o Deputado Carlos Inácio referiu a colocação do Médico de Família na Extensão de Saúde de Seixo da Beira. Efetivamente na reunião de Assembleia Municipal de junho solicitei a intervenção do Sr. Presidente da Câmara Municipal no que se referia à necessidade de colocação de Médico de Família na Extensão de Saúde de Seixo da Beira, ainda que esta não seja uma competência direta da Câmara Municipal. Desde a aposentação do Médico de Família titular e após o início da pandemia que quase não houve serviços médicos e de enfermagem na Extensão de Saúde. A pandemia agravou estes tempos difíceis, quer pela pressão da comunidade, quer por nos sentirmos impotentes perante as necessidades com que diariamente nos deparámos.

No entanto, após meses de luta intensa e dura, tivemos a colocação de um Médico de Família, no passado mês de outubro, o Dr. Pedro Loureiro.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, esta luta jamais teria sido ganha sem a sua intervenção e, por esse motivo, e porque este é o local certo, quero formalmente apresentar-lhe os mais sinceros agradecimentos em meu nome, em nome da Freguesia de Seixo da Beira, mas sobretudo em nome dos mais de mil e seiscentos utentes desta Extensão de Saúde, pela sua determinação, trabalho árduo e persistência com que sempre se manteve connosco nesta luta difícil e que nos permite ter atualmente um serviço médico de excelência.

Esta não foi uma obra física mas foi, sem dúvida, a maior conquista deste mandato para a nossa Freguesia. De coração, o nosso muito obrigado, Sr. Presidente da Câmara Municipal.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Devo dizer que efetivamente, e já hoje aqui percebemos nomeadamente por duas intervenções levadas a cabo por elementos da bancada do PSD, que se aproximam eleições autárquicas. Não há dúvida nenhuma! Já tínhamos percebido isso na última Assembleia Municipal, e já o tinha referido, e consta da ata, mas agora nota-se mais, e nota-se cada vez mais. Porquê? Porque há um crescer da crítica, ainda que ela seja completamente destituída de razão, não tenha qualquer tipo de objetivo que não seja a própria crítica, e nós compreendemos isso!

Entendo, enquanto individuo, enquanto elemento de uma Assembleia Municipal e enquanto elemento integrado numa bancada partidária, compreendemos!

Já não conseguimos compreender, apesar de saudarmos o facto de nomeadamente o atual Presidente da Concelhia do PSD vir consagrar a ESTGOH como grande desígnio Concelhio, saudamos isso. Lamentamos que tenha chegado praticamente com dez anos de atraso porque, não estando presente o Sr. Deputado, não posso deixar obviamente de me referir a isso, ninguém se esquece que há dez anos o PSD “guardou a viola no saco”, não deu um passo para que a escola que hoje o Sr. Deputado João Brito considerou como grande desígnio Concelhio se mantivesse. Porque, Srs. Deputados, compreendemos perfeitamente e aceitamos, e aqueles que têm memória sabem-no. Há dez anos o que se pretendeu foi roubar a ESTGOH a Oliveira do Hospital. Há dez anos tentaram-nos roubar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Houve muita gente que levantou a voz, o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o Executivo, muita gente que ajudou, curiosamente não vi ninguém do PSD dar um passo para que a escola hoje se mantenha.

Fico contente que dez anos depois encarem a ESTGOH como um grande desígnio concelhio. Fico obviamente contente. Também compreendo que cause algum prurido o facto de ver Ministros, Secretários de Estado, elementos do nosso Governo, virem a Oliveira do Hospital por boas razões. Entendemos! Também entendemos! Não estávamos habituados, até 2009, a que isso acontecesse. Não me recordo, e estou no Concelho desde 2000, da presença de nenhum elemento relevante do Governo Nacional em Oliveira do Hospital até 2009 por boas razões. Se calhar, era porque não havia boas razões porque o Concelho vivia fechado numa ostra, parecíamos um caracol em que ninguém conseguia sair, nem sequer o principal responsável do Executivo saía para ir à procura do que quer que fosse e percebe-se que, agora, isto cause pruridos.

Mas, depois, falou-se em números, números políticos. O Sr. Presidente gosta disso, referiu aqui o Sr. Deputado.

Sr. Deputado, vamos falar então de números políticos: E, mais uma vez, o Sr. Deputado refere uma coisa extraordinária. Na adaptação da Escola Primária da Cidade às novas instalações da ESTGOH, o Sr. Ministro da Ciência e da Tecnologia do Ensino Superior veio dizer que é necessário ir à procura dos financiamentos. Mas, depois, aqui nas Grandes Opções do Plano e Orçamento não há nenhuma verba inscrita para o ano de 2021. Mas, mais ainda, existe a

seguir, mas é 100 % da responsabilidade da Câmara Municipal, investimento de 100 % da responsabilidade da Câmara Municipal.

Sr. Deputado, não pretendo ensinar ninguém, não é essa a minha profissão. Agora, devo dizer uma coisa: Já todos percebemos que para que uma obra pública possa ser realizada tem que estar devidamente orçamentada. Se ela não está orçamentada, independentemente de posteriormente se conseguirem investimentos externos nomeadamente de cariz europeu para que a mesma seja feita, não é possível executá-la. Qual é consequência? O financiamento eventual que se consiga encontrar, seja qual seja o montante ou a percentagem do investimento total, pura e simplesmente, não pode ser utilizado e perde-se.

O que é que tem que se fazer? É muito simples! Temos que orçar com fundos próprios e tentar efetivamente conseguir arranjar os financiamentos para que ela possa ser feita dessa forma.

Depois, o que é que se faz? É uma coisa que hoje aqui vamos sentir e mais uma vez vamos ter números políticos e dizem que é uma faca execução orçamental e coisas do género.

Depois, anula-se aquela que é a percentagem do financiamento àquilo que era o investimento da Câmara Municipal. São essas as regras e quem faz essas regras não é o Sr. Presidente da Câmara Municipal, é a Lei da Finanças Públicas que o determina.

Portanto, percebemos, efetivamente, que vai haver eleições autárquicas, percebemos que haja alguma movimentação, compreendemos que até começa a ser habitual verem-se passeios pela cidade de atuais Presidentes das Concelhias dos Partidos com antigos Presidentes das Concelhias dos Partidos e responsáveis autárquicos e com putativos candidatos, entendemos isso tudo, percebemos isso tudo, mas isso decorre de um calendário que não é nosso.

Continue, Sr. Presidente da Câmara Municipal, a fazer aquilo que fez até hoje, defenda com “unhas e dentes” a ESTGOH como sempre o fez, adapte, efetivamente, a atual Escola Primária e faça dela as futuras instalações da ESTGOH.

Sr. Deputado João Brito, vou dizer-lhe outra coisa porque não estive atento na reportagem que leu e viu sobre a ESTGOH: Foi logo dito, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, nessa mesma reportagem, que as atuais instalações ficarão de apoio e na retaguarda, quer para serviços educativos, quer até para laboratórios.

Portanto, a história da escola é curta mas as atuais instalações continuam lá. Convém que de facto haja atenção mas convém sobretudo, mais uma vez, que haja seriedade política.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“Começo a minha intervenção por agradecer ao Município a elaboração da candidatura à Aldeia dos Sonhos. A Carvalha, como é público, foi contemplada com o prémio de Aldeia dos Sonhos de 2020. Portanto, em nome da Freguesia e em especial em nome da população da Carvalha gostaríamos de agradecer todo o apoio que tivemos por parte do Município. Realçar que pela segunda vez o Município de Oliveira do Hospital consegue que uma das aldeias do seu Concelho seja contemplada com esta iniciativa da Fundação Inatel.

Congratular igualmente o aumento do número de oferta de ecopontos disponíveis nas Freguesias. Acho que é uma medida certa por parte do Município para aumentar a oferta e fazer com que as pessoas se consciencializem que cada vez mais precisamos de separar e fazer a triagem do lixo que todos nós produzimos.

Depois, quero também dar a seguinte nota, e julgo que há pouco o Deputado José Ferreira já se referiu a isto. Gostaria de dar um destaque às limpezas das valetas e dos aquedutos que foram realizadas na zona sul do Concelho. Sofremos bastante com as intempéries, temos sempre problemas cada vez que chove com mais intensidade, e faz-se notar que com esta intervenção, nas intempéries dos últimos dias, não tivemos qualquer tipo de problema, e isto quer dizer que se fizermos um trabalho de prevenção e manutenção a tempo e horas conseguimos minimizar prejuízos e minimizar o impacto que os temporais muitas vezes deixam por aqui e especialmente na zona sul do Concelho.

Depois, também já foi dito, mas não posso deixar passar em claro, a forma atenta e preocupada como o Município tem acompanhado a pandemia, embora não seja um agente de saúde pública tem sido um dos grandes parceiros na área da saúde em Oliveira do Hospital. O Município tem estado atento e tem prestado um serviço de excelência para minimizar o impacto da pandemia no nosso Concelho e, por isso, o meu agradecimento.

Deixar aqui uma ou duas notas muito rápidas que têm a ver com uma reivindicação que tenho manifestado em Assembleias anteriores, e que tem a ver com o troço da estrada que faz a ligação de Penalva de Alva à Carvalha. Já

apelidei este troço como a pior estrada do Concelho. Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara Municipal, se lhe for possível, me desse informação sobre o que está previsto para melhorar as condições da estrada da Carvalha.

Referir também uma situação que me preocupa bastante e que é a ligação da povoação da Carvalha até ao cemitério. Sempre que há um falecimento na povoação e há temporal temos sempre ali grandes constrangimentos derivado ao mau estado do caminho que faz a ligação da povoação até ao cemitério. Se fosse possível fazermos a intervenção na estrada de Penalva de Alva para a Carvalha e esticá-la até ao cemitério da Carvalha, penso que seria uma obra justa e que a população viria a agradecer, com certeza.

Para terminar, quero desejar a todos um Santo e Feliz Natal, dentro daquilo que vai ser possível este ano porque será um natal diferente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Desde já quero desejar a todos um Bom Natal, dentro de todas as condicionantes que todos estamos sujeitos, e que o novo ano seja melhor para todos nós, particularmente nesta área da saúde, e que daqui a um ano estejamos numa outra condição que não esta da atualidade.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, é perfeitamente legítimo e normal, porque eu também já estive nessa condição de oposição nesta Assembleia Municipal a um Executivo Camarário, e também sei como a oposição se faz. Sei como é que a oposição, por vezes, mais facilmente ou menos facilmente, arranja argumentos para atacar o Executivo Municipal. É normal, a democracia é assim que funciona!

Quando estamos na oposição é preciso que tenhamos ou que possamos deitar mão a argumentos efetivamente válidos e com consistência e que efetivamente afrontem um Executivo Municipal, seja ele qual for.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, o senhor entrou, tal como eu entrei, e muitos de nós entrámos consigo nas eleições autárquicas de 2009, o trabalho começou efetivamente em 2010 porque foi nos finais de 2009 que fomos eleitos e estamos a acabar 2020. São dez anos de mandatos autárquicos e muita coisa se passou, muita coisa se fez, possivelmente algumas coisas irão ser deixadas por fazer, e admito que sim, mas há uma coisa que eu sei. Eu sei porque temos acompanhado e temos feito este trajeto juntos. Há uma coisa que nós sabemos: Determinação, coragem, e visão de futuro não tem faltado em Oliveira do

Hospital, e desde logo a partir da sua pessoa e do seu Executivo porque são o motor deste Concelho para que efetivamente o Concelho ande para a frente para que tenha uma visão de futuro e para que os Oliveirenses possam reconhecer que estamos no caminho certo e que é efetivamente esse o desígnio de todos nós.

Bom, vir hoje, aqui, falar como arma de arremesso, em determinadas questões, eu penso que é completamente extemporâneo e permitam-me fazer aqui duas ou três observações: A nossa oposição esquece-se que houve um Executivo Municipal do PSD que em boa hora terminou a sua função no final de 2009 e que já nessa altura se andava a falar há muito tempo, por exemplo, na reconversão da Zona Histórica da Cidade, na ampliação da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, que não se fez um novo Centro Escolar e que outros Municípios aí à volta o fizeram, na reconversão do Mercado Municipal, numa nova Central de Camionagem, na reconversão da zona envolvente da Central de Camionagem, numa maneira diferente de tratar as Juntas de Freguesia, na reconversão do Parque dos Marmelos. Tudo isto e muito mais coisas que irão ser a curto prazo uma realidade.

O grande problema da nossa oposição é só um! Nós sabemos qual é! Eles não têm nada para apresentar aos Oliveirenses de qualquer tipo de ideia porque nunca as tiveram anteriormente. Nunca tiveram uma visão de futuro para o Concelho de Oliveira do Hospital. Esse é que é o grande problema da nossa oposição! E agora eu sei que eles têm uma mão cheia de nada para oferecer aos Oliveirenses enquanto este Executivo do Partido Socialista tem muita coisa para apresentar de bem e de concreto aos Oliveirenses. Esse é que é o grande problema da nossa oposição!

Sr. Presidente da Câmara Municipal, o senhor e o seu Executivo vão ficar, quer queiramos ou não, como um marco histórico em Oliveira do Hospital porque os Oliveirenses são pessoas inteligentes e sabem ver e sabem analisar quem é que efetivamente veio para dentro da Câmara Municipal e que agarrou, e lutou, e teve ambição, e teve visão para desenvolver este nosso Concelho. Esse é que é o grande problema da nossa oposição, Sr. Presidente!”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado Carlos Maia, quero fazer um comentário: Penso que, independentemente das nossas opiniões, realmente o Executivo que temos tido

tem respondido muito bem às necessidades do Concelho, e prova disso são as votações que têm tido dos Oliveirenses em crescendo.

Agora, eu não concordo quando o Sr. Deputado diz que a oposição não tem feito propostas nesta Assembleia. Têm feito propostas umas válidas e outras menos válidas.

É verdade que o nosso Executivo, que tem um conhecimento aprofundado do Concelho e que se tem dedicado bastante, tem conseguido ser bastante eficiente e, de certa forma, retira-lhes um bocado o espaço para apresentação de sugestões.

Na verdade não é o Partido Socialista o único a pensar o Concelho, eles também pensam e fazem algumas propostas válidas.

Acho importante que se saliente o excelente trabalho que o Executivo tem feito mas também temos que ter a honestidade de conceder que as oposições que são necessárias também fazem um esforço no sentido de contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. Desculpe mas tinha que lhe fazer esta observação.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Bobadela, Sr. Vasco Marques Brantuas Ribeiro, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de fazer duas ou três perguntas ao Sr. Presidente da Câmara Municipal quero realçar alguns pontos do excelente trabalho deste Executivo Municipal e da sua equipa. Começo por realçar o Programa de Participação de Medicamentos que já ultrapassou uma centena de beneficiários. Também dar os parabéns à equipa da Cidadania Responsável do Município de Oliveira do Hospital que acabou de ser galardoado com o prémio Viver em Igualdade 2020/2021, no passado dia vinte e três de outubro, em São João da Madeira. Também queria agradecer à equipa do Programa Casa Digna porque na minha opinião há cada vez mais famílias carenciadas de habitação própria. Estes três pontos acho que são muito importantes de realçar.

As perguntas que eu quero fazer têm a ver com o Covid-19. Como devem imaginar todos nós estamos preocupados porque é de facto uma preocupação que nos afeta a todos. Quero perguntar ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se nos pode dar um esclarecimento e fazer um ponto da situação atual que se vive no Concelho com a infeção do Covid-19.

A segunda questão que quero fazer, e porque também tenho alguma preocupação em saber é a seguinte: Quais as medidas que vai tomar relativamente aos horários do comércio local? Como estamos sempre a ver

intervenções do Governo com restrições, confinamentos e restrição de horários. Gostava de saber o que é que o Sr. Presidente da Câmara Municipal e a sua equipa vai decidir ao nível dos horários para o comércio local.

Termino desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo de 2021 e que seja melhor que este 2020 que de facto tem sido uma tragédia. Desejo rápidas melhoras a todos que estiverem doentes.”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, que fez a seguinte intervenção:

“Neste período em que somos confrontados, pelos acontecimentos aqui já sobejamente identificados, trago a esta Assembleia Municipal o reconhecimento e distinções conseguidos pelas políticas de apoio às famílias do Município.

O Município de Oliveira do Hospital foi novamente distinguido como “Autarquia mais Familiarmente Responsável 2020”, um galardão atribuído pelo Observatório das Autarquias Familiares Responsáveis, que visa galardoar e divulgar as melhores práticas das Autarquias Portuguesas.

Este Município é distinguido pelo sexto ano consecutivo, recebendo, por isso, a bandeira com palma que se destina às autarquias que conquistaram este prémio por três ou mais anos consecutivos. O Município de Oliveira do Hospital está de parabéns.

A atribuição desta distinção resultou da avaliação de um conjunto de políticas “familiarmente responsáveis” em onze áreas de atuação que a Autarquia Oliveirense tem vindo a implementar nos últimos anos.

Encontram-se neste caso, entre muitas outras medidas, o Programa de Incentivo à Natalidade, desde 2013; O Tarifário Social na fatura da água para famílias numerosas; O apoio à Aquisição de Manuais Escolares do 1º Ciclo do Ensino Básico; A atribuição de Bolsas de Estudo; Os Transportes Escolares Gratuitos para todos os níveis de ensino, entre outros.

Vivemos num Concelho onde há apoio claro e direto às famílias e ninguém fica para trás. Nesse sentido, não podia deixar de vir aqui reconhecer o trabalho levado a cabo pelo Executivo, tendo pela frente uma tarefa árdua em manter todos estes parâmetros que conquistou até aqui.

Com estas e outras medidas, com obra feita e em curso, com o apoio dado às Freguesias, apetece-me justamente dizer: A Câmara está em boas mãos, e os cidadãos sabem disso.

Ao Executivo desejo a continuação de um bom trabalho. A todos, desejo um Feliz e Santo Natal e votos de um Bom Ano de 2021.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as intervenções no Período de Antes da Ordem do Dia passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para nos dar os esclarecimentos que considere pertinentes sobre as questões colocadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dar os parabéns à Sra. Presidente da Assembleia Municipal pelo modelo de realização desta Sessão da Assembleia Municipal. Acho que é um bom modelo porque não coloca em perigo os Membros da Assembleia Municipal. Deixava também, em nome do Município, uma palavra de agradecimento à equipa técnica que colabora na realização desta Sessão por videoconferência.

A primeira coisa que eu gostava de perguntar à oposição, claramente sem preconceitos de ordem nenhuma, é o seguinte: Não perceberam o que é este mandato de 2017 a 2021?

Não podemos comparar um mandato como este, porque este é o mandato mais difícil para todos. E não é só para mim, é para os Presidentes das Câmaras do PSD, do PC, assim como para os próprios Presidentes de Junta de Freguesia. É um mandato difícilíssimo em termos de trabalho, em termos de concentração naquilo que devemos estar focados e, por isso, temos todos que por os pés assentes no chão e percebermos que este mandato é muito difícil, e não é para desculparmos o que não se fez ou aquilo que se deveria ter feito.

Vou dar-vos um exemplo sobre um assunto que foi aqui colocado, que é uma coisa que pode não se ter notado aquando dos incêndios mas agora, com a pandemia, notou-se muito. Vou mostrar-vos uma coisa que é importante, até porque houve aí alguns Presidentes de Junta que colocaram essas questões. O primeiro assunto que gostaria de abordar era sobre os prejuízos municipais decorrentes das intempéries Elsa e Fabien.

Os senhores sabem o que está nesta folha? Esta folha que eu tenho aqui, e que mandei ir buscar porque o assunto foi levantado, é uma preocupação que tenho todos os dias para ver quais são as obras dos prejuízos municipais decorrentes das intempéries Elsa e Fabien, sobretudo na zona sul do Concelho

de Oliveira do Hospital. São quarenta e cinco intervenções, é uma dimensão enorme, que têm um orçamento de três milhões de euros.

O que é que aconteceu? A Câmara Municipal, através de uma estratégia com os seus próprios serviços, foi fazendo algumas obras e adjudicou outras, como é o caso das obras de Aldeia das Dez, que ainda não estão feitas. E perguntam-me se é tarde, por causa deste inverno, mas estivemos também à espera de uma resolução do Conselho de Ministros, que acaba de sair, para agora haver umas candidaturas. Temos um conjunto de obras de pequenas dimensões que foi possível fazer e as outras estão em adjudicação.

Quero também comunicar ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Avô que colocou esta preocupação, que é também uma preocupação do Executivo, porque sempre que chove muito não percebemos se a estrada de ligação entre Avô e Pomares vai aguentar ou não. Quero dizer-lhe que neste momento decorre o processo de consulta às empresas. Esta obra tem um orçamento à volta de duzentos mil euros.

Reconheço que houve obras que fomos conseguindo fazer, como já disse. O total de intervenções para repormos a normalidade são quarenta e cinco e tivemos que fazer opções. Executámos as obras mais pequenas, de cerca de oito ou dez mil euros, que fomos fazendo com os nossos serviços, e uma série delas já estão acabadas. Adjudicámos duas obras que nos preocupavam bastante na estrada da Ponte das Três Entradas até ao Vale de Maceira e vai haver um conjunto de intervenções com um volume financeiro e ainda não sabemos qual será o financiamento e, por isso, é preciso também jogar-se com o Orçamento Municipal.

Tenho falado com o Sr. Secretário de Estado da Administração Local porque é ele que tutela esta área. As candidaturas vão ser agora pela CCDR e também as candidaturas daquilo que temos feito e daquilo que nós estamos a lançar.

Como eu disse, também sabemos o que é prioritário e, neste momento, na minha opinião, prioritário, e à frente de toda a gente, é a intervenção na estrada entre Avô e Pomares. É uma obra que andarás perto dos duzentos mil euros. Não sabemos qual é o financiamento e, por isso, queria deixar aqui uma nota, não para me vitimizar mas para constatar factos, e os Senhores têm que constatar esses factos porque este é um mandato completamente atípico.

Há discussões que são políticas mas também não há dúvida nenhuma que este mandato é extremamente difícil para todos. Um mandato extremamente difícil para o Executivo, um mandato extremamente difícil para as pessoas do

Concelho de uma forma geral e, agora, com a pandemia, é um mandato extremamente difícil para as pessoas que têm perdido os seus rendimentos. Vê-se que ainda resistimos, como disse aqui um Deputado, e, por isso, acho que é a altura de nos unirmos mais nos projetos do que nos desunirmos. Não é ter concordância com o Presidente do Município ou com o seu Executivo mas é preciso unirmo-nos para ultrapassarmos as dificuldades.

Vem sendo habitual fazer um balanço sobre o Covid-19 para os Srs. Deputados saberem. Vou dar-vos uma informação geral: Em termos totais quantos casos de Covid-19 houve até hoje no Concelho? Houve duzentos e noventa e sete casos até ao dia de hoje.

O que é muito preocupante? É muito preocupante ter ativos, neste momento, cento e catorze casos. Temos recuperados cento e setenta e sete casos e temos seis óbitos. No mês de dezembro tivemos cento e quarenta e dois casos. É um número dramático. O primeiro caso de Covid-19 que apareceu foi no Lar de São Paio de Gramaços, foi no dia vinte e sete de março, e agora vejam quantos casos apareceram em dezembro.

Na segunda-feira tive uma reunião com as autoridades de saúde e com especialistas, porque também presido a Comissão Distrital de Proteção Civil, e achavam que na Região Centro já tínhamos chegado ao pico e que estávamos a sair. Esse pico tinha-se registado entre o dia vinte e o dia vinte e sete. Aqui no nosso Concelho não aconteceu isso, nós ainda estamos numa fase de crescimento. Acredito que brevemente podemos chegar a um número e depois começar a baixar, é natural, mas há aí dias muito preocupantes até porque neste momento implicam o Lar da Fundação Aurélio Amaro Dinis e a Santa Casa da Misericórdia de Galizes e quando há focos nessas casas a nossa preocupação redobra porque percebemos que estão ali as pessoas mais frágeis e basta vermos as notícias na televisão.

Alguém perguntou quais eram as regras. O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Bobadela, Vasco Brantuas, perguntou o que é que a Câmara Municipal ia fazer relativamente aos horários do comércio local? Hoje reuniu a Comissão da Proteção Civil, a Sra. Delegada de Saúde não esteve presente, esteve a GNR, estiveram os Comandantes das Corporações dos Bombeiros de Oliveira do Hospital e Lagares da Beira, esteve o Presidente da FAAD, estiveram os elementos do Gabinete de Gestão do Covid-19 do Município, e iremos cumprir as regras que vêm do Governo.

Entrámos ontem à noite na lista dos concelhos de risco muito elevado.

Há um especialista que fala na Rádio Boa Nova que é da Bobadela, o Prof. Carlos Antunes. O Prof. Carlos Antunes tem feito a análise da pandemia no Concelho tendo por base cálculos matemáticos que se têm verificado acertados. Basta segui-lo porque ele percebe e tem acertado sempre no que tem vindo a dizer sobre o nosso Concelho. Quero agradecer esse trabalho e agradecer também à Rádio Boa Nova.

É uma fase que nos preocupa bastante e tenho que deixar aqui uma palavra de agradecimento para a Equipa do Gabinete de Gestão do Covid-19 do Município que tem lutado com imensos problemas e hoje luta muito mais porque quando temos mais de cem casos passamos a ter um mar de dificuldades.

Neste momento há três Freguesias sem nenhum caso de Covid-19. São as Freguesias de Avô, São Gião e Alvôco das Várzeas. É bom saber-se o número de casos para que as pessoas fiquem mais tranquilas e também porque quando o número é mais elevado as pessoas têm outros cuidados.

A Equipa do Gabinete de Gestão do Covid-19 do Município integra elementos que fazem apoio psicológico e social e têm feito um excelente trabalho que é coordenado pelo Vereador da Área Social, Dr. José Francisco Rolo. As pessoas infetadas são contactadas todos os dias e, por isso, quero agradecer aos funcionários da equipa do Covid-19 porque aos sábados e aos domingos têm trabalhado sem ninguém lhes pagar horas extraordinárias. Esta equipa contacta com as pessoas, auxilia com os alimentos e faz a recolha do lixo. Acho que tem sido um trabalho meritório e não é mérito do Presidente da Câmara Municipal mas é mérito sobretudo desta equipa. Esta equipa tem feito uma excelente atuação e as pessoas ficam sensibilizadas. O acompanhamento das nossas psicólogas tem sido muito importante para as pessoas que estão em isolamento e também temos aí casos de pessoas a passar muito mal com a ideia que infetaram familiares que faleceram. Tem sido um trabalho meritório, na minha opinião. Esta nota é para que toda a gente fique muito bem informada do que se passa.

Quero agradecer as palavras de todos em relação ao Covid-19 e deixem-me dizer que estas palavras são sobretudo para a equipe que coordena e que faz este trabalho com o meu acompanhamento e com a supervisão do Dr. José Francisco Rolo.

Depois entra aqui uma discussão a propósito da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital. Penso que era importante situarmos esta discussão numa perspectiva completamente política e como é uma grande obra deve haver algum consenso em relação a esta decisão.

O Deputado João Brito disse aqui algumas coisas, que está no seu pleno direito de dizer mas, às vezes, precisamos de ter memória. Quando não temos passado na liderança da Câmara Municipal é tudo fácil porque não nos podem acusar mas o PSD esteve cá e também houve um Governo do PSD e CDS, e quero já responder ao Sr. Deputado João Brito e dizer-lhe o seguinte: O Senhor recorda-se que no meu primeiro mandato vieram aqui vários Ministros do Governo do PSD e o Senhor nunca veio aqui dizer que eles vinham cá fazer propaganda com o Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital e, por isso, isto é uma falsa questão. Estou muito contente por ter cá vindo o Sr. Ministro do Ensino Superior e a Sra. Ministra Ana Abrunhosa mas esteve cá outra pessoa também muito importante que foi a Sra. Presidente da CCDR, Dra. Isabel Damasceno e, por isso, vamo-nos deixar aqui de hipocrisias porque também não sirvo para isso e também o tempo que tenho como Presidente e o estatuto que hoje também tenho não posso deixar de dizer aqui o seguinte: Houve aqui um problema, os Senhores sabem. Eu, em 2010, o Executivo desse mandato teve umas instalações e gastou o dinheiro num projecto de uma escola nova que custava quatro milhões de euros. Basta ir ali ao meu gabinete para verem. Nós fizemos o trabalho.

Qual foi o nosso drama? E é só para recordar. O nosso drama foi o seguinte: Há um ataque à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital e há uma tentativa de fecho da Escola Superior que prosseguiu nos anos de governação de Passos Coelho e com o Ministro do Ensino Superior.

Sabem quem tinha a tutela do Ensino Superior? Quem tinha a tutela do Ensino Superior nem era o PSD era o CDS. E há um ataque tremendo à Escola Superior. E deixem-me dizer: Eu não sirvo para fazer elefantes para depois ficarem abandonados. Eu não sirvo para isso! Não sabíamos se íamos ter Escola Superior e também digo aqui, e não deixo de o dizer, e digo aqui com orgulho: Hoje, se existe aquela Escola Superior foi este Executivo e o Dr. José Francisco Rolo acompanhou-me sempre numa batalha difícil e extremamente dura e conseguimos segurar a Escola Superior. Tivemos alguns aliados, também tenho que o dizer, dentro do PSD ao nível da cúpula, porque, nessa altura, por vontade do próprio CDS a Escola Superior tinha sido fechada porque havia algumas pessoas ligadas ao CDS de algumas direcções de escola. Eu também sei quem são todos, e tenho uma boa relação com eles, e eles queriam esvaziar a escola. Perante este drama uma pessoa não pode avançar com umas instalações novas sem saber se tem Escola Superior. Isto passou-se durante três ou quatro anos. E, por isso, isto é um processo altamente difícil. A partir de determinado momento

não havia certezas, isto demorou bastantes anos, se íamos ter Escola Superior ou não íamos. O drama foi esse, porque senão fosse este drama, hoje, se calhar, até tínhamos conseguido ter umas instalações novas.

O que é que nós achámos, depois, em termos de opção, e penso que bem?

Não havia financiamento para fazer uma Escola Superior e neste momento a continuidade da escola não está em causa.

Porque é que a escola tem mais alunos hoje do que tinha? Por uma razão simples: Porque este Governo, através deste seu Ministro, colocou mais vagas para o interior e isso tem aumentado as escolas no interior.

Não vou contar aqui a história toda da Escola Superior mas também tenho aqui uma pessoa que lhe podia agradecer essa luta dura, difícil, e com sofrimento do Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo e que é a nossa Presidente da Assembleia Municipal. Agradeço-lhe aqui publicamente mas não quero contar agora a história porque também não será relevante para aqui.

A ideia para a Escola Superior é a seguinte: A Câmara Municipal ao fazer o Campos Educativo novo liberta as instalações da Escola do Primeiro Ciclo de Oliveira do Hospital e para aquele espaço estamos a fazer um pré-projeto neste momento. A escola não sai dali enquanto a outra não estiver acabada mas temos que estudar o projeto, como se percebe. No Orçamento está o projeto para este ano e não é para enganar ninguém, e também a obra não será concretizada no meu tempo, mas veremos se o terreno todo tem as condições.

O que é que nós pensamos? Pensamos que com um milhão e meio de euros, ou dois milhões de euros, conseguimos fazer uma escola no centro da cidade. Também tem outra coisa: Fica melhor no centro da cidade para lhe dar movimento, como vocês percebem.

Há esta opção, é uma opção política, mas deixem-me dizer, e também não gostaria de falar nisto, mas um dos vossos mentores tem muita responsabilidade. Por exemplo, e vou repetir isto: Porque é que nós desperdiçámos, quando havia dinheiro dos Centros Escolares, e não fizemos um Centro Escolar do Primeiro Ciclo e Pré-Escolar em condições? Porque é que não o fizemos? Gastámos o dinheiro, quatrocentos ou quinhentos mil euros, enquanto outros foram buscar três ou quatro milhões de euros e poderíamos ver o caso de Mortágua. Porque é que não fizeram isso? E depois são os mentores que nos acusam que estamos a fazer as coisas mal!

Vamos lá por partes: Não fizeram a vossa parte e isso é verdade! Nós, pelo menos, temos uma perspetiva.

Vou dizer-vos mais: Em janeiro ou fevereiro, e vamos ver como é que está a pandemia, porque nós planificamos as coisas, estávamos a pensar fazer uma Assembleia Extraordinária para apresentar um projecto que está no Orçamento e que, penso eu, poderá marcar Oliveira do Hospital por vinte ou trinta anos e, por isso, deve ser um projecto consensual com todas as forças políticas, deve ser discutido com todas as forças políticas, porque não é uma coisa para hoje é uma coisa para muito mais do que o amanhã. Por isso, eu não aceito de modo nenhum que estejamos aqui a fazer uma campanha política ou que venhamos aqui para fazer um número de circo: Primeiro, eu não sirvo para o circo, porque eu não sou macaco, e, por isso, não se fazem aqui números, aqui trabalha-se com honestidade, com seriedade, com visões, e com a visão de mais à frente, e não são visões para o passado como já aconteceu e, por isso, é fundamental percebermos que com o Campus Educativo libertamos uns edifícios.

Se me perguntarem: Vai financiar as obras? Também já não vou ser eu mas elas podem estar integradas no nosso Orçamento, e não é por acaso que estive cá a Sra. Presidente da CCDR. Também expliquei isto quando recebi a oposição para lhes apresentar o Orçamento e recolher algumas opiniões e propostas. O nosso Orçamento tem já uma visão da estratégia do Quadro 2020/2030. O Orçamento, pela primeira vez, vai ser para quatro anos e tem uma visão estratégica que encaixa no Plano de Estratégia do Centro e no Plano Estratégico Nacional. E porquê? Porque quem cá ficar vai ter verbas que podem negociar porque o Orçamento está alinhado, o que nós não encontrámos, mas isso não é para cá chamado!

Como eu disse, aquilo nunca entrará por um financiamento do Ensino Superior e entrará por financiamentos que estão no Quadro Estratégico 2020/2030 da própria reabilitação da cidade de Oliveira do Hospital e é preciso perceber as dimensões e como é que se pode chegar a estes financiamentos e, como disse a Sra. Ministra Ana Abrunhosa, o dinheiro há de arranjar-se por caminhos que são possíveis, e pode haver vários caminhos diferentes, e acho que também ninguém tem dúvidas que temos lutado bastante por isso.

O Eng.º Rafael falou no Projeto de Saúde para o Concelho e numa realização dos testes nas IPSS. Nós temos vindo a acompanhar, e as IPSS também reconhecem isso, este Executivo tem estado muito presente nas IPSS. Hoje há uns testes de zaragatoa que são muito mais rápidos e ao fim de duas ou três horas dão resultados. Temos feito isto em colaboração com a FAAD e

algumas empresas pagam os testes dos seus funcionários numa tentativa de não terem casos.

Relativamente ao Projecto de Saúde para o Concelho, quero dizer o seguinte: Estou farto de ouvir falar na Saúde no Concelho quando, hoje, o Concelho, como disse a Sra. Presidente da Junta de Freguesia do Seixo da Beira, não está melhor, não está no óptimo, o problema de não termos uma urgência vinte e quatro horas será sempre uma coisa que nos acompanha, e que deveríamos ter, e achamos legítimo, e que ainda não o conseguimos, e também não vale a pena deixar de dizer isso, mas as coisas estão melhores porque já houve uma altura, no Governo PSD/CDS, que chegámos a ter dezasseis mil pessoas sem médico de família, e quase que não tínhamos médicos e, por isso, lançámos aquela Unidade Móvel de Saúde.

A Comunidade Intermunicipal comprou dezanove Unidades Móveis de Saúde, também está isso no Orçamento. Já há um protocolo com a Fundação Aurélio Amaro Dinis para uma Unidade Móvel de Saúde para o sul do Concelho, para as aldeias mais recônditas, e vai haver uma Unidade Móvel de Saúde para a zona norte do Concelho. Estas Unidades Móveis de Saúde que podem ajudar agora na vacinação.

A entrega destas Unidades Móveis de Saúde vai começar em janeiro. Eu e os Vice-Presidentes da CIM, o Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra e o Presidente da Câmara Municipal da Figueira do Foz, achámos, por bem, e dando o exemplo, que os nossos Concelhos ficassem para último mas, até março, teremos essa Unidade Móvel de Saúde e será feito um protocolo com a Administração Regional de Saúde.

Relativamente ao IC6 quero dizer o seguinte: Pela primeira vez temos quarenta milhões de euros que estão no Programa de Recuperação e Resiliência e, por isso, esperemos agora concretizá-los. Tenho estado a falar com o Ministério das Finanças por causa do projeto que custa um bocado de dinheiro e depois tenho uma última reunião para ultimarmos algumas coisas. Mas não deixarei de dizer sempre que este IC6, que com certeza já não chegará no meu tempo, ficará sempre marcado pela determinação deste Executivo, fosse com que governo fosse. Eu tenho-me debatido em várias reuniões com o Sr. Ministro. Também a Sra. Ministra da Coesão Territorial teve uma importância estratégica e, por isso, acho que tarde é aquilo que nunca chega e eu espero que ele chegue. O meu compromisso com o meu Concelho é que até ao último dia que eu exerça o meu cargo há o IC6 que me acompanhará sempre, há o problema da saúde que me acompanhará sempre, até ao final. Também acho, e

também todos sabem, que não é por falta de luta. Uma pessoa pode ser derrotada mas se for derrotada sem lutar é uma coisa e a lutar é outra. Até ao último dia eu vou lutar porque esse é o compromisso que eu tive com o povo Oliveirense e continuarei a ter.

Depois, o Eng.º Rafael falou sobre promover a marca Oliveira do Hospital e deu aqui algumas sugestões. Acho que se houve algum Executivo que teve a preocupação em promover a marca Oliveira do Hospital foi este Executivo. Foi este Executivo que teve uma estratégia que deu resultado. Foi a Feira do Queijo que fez com que Oliveira do Hospital fosse conhecida a nível nacional e, por isso, as sugestões são boas mas nós temos aqui um produto de excelência que nos tem servido para marcar essa posição.

Capital das Confeções seria ótimo! São ideias absolutamente boas, e também é uma marca de Oliveira do Hospital que eu tenho colocado sempre no discurso político mas, neste momento, a estratégia deste Executivo não foi essa, e tenho que o dizer claramente. Os Senhores sabem que quando cá cheguei nunca ninguém se tinha preocupado com a marca Oliveira do Hospital. Hoje Oliveira do Hospital é um Concelho de referência e passou a ser conhecido devido a uma estratégia deste Executivo.

O Eng.º Rafael colocou uma pergunta que eu não percebi! O Eng.º Rafael perguntou porque é que a Câmara Municipal colocou um sistema de geolocalização nos carros. Palavra de honra, se fosse um cidadão comum eu até lhe poderia explicar, mas, o Eng.º Rafael, com certeza, sabe bem o que é um sistema de geolocalização e aquilo que nós fazemos é que haja racionalidade nos nossos transportes e é isso que estamos a fazer.

Eu percebi o que é que ele queria que eu dissesse, mas não é isso que eu digo, porque todos nós sabemos! O Eng.º Rafael não quer que eu lhe explique o que é um sistema de geolocalização e qual é o objectivo dele porque o objectivo é claro para todas as pessoas porque tem a ver com a produtividade da Câmara Municipal.

Sobre a iluminação de Natal: É verdade que a Câmara Municipal comprou algum material e alugou outro.

Eng.º Rafael, deixe-me dizer-lhe para o descansar que antigamente a Câmara Municipal do PSD alugava todos os anos a iluminação que custava cerca de quarenta mil euros. Nós fizemos diferente. Fizemos uma coisa mais simples e este ano fomos obrigados a contratar algumas coisas porque tínhamos algum material que se foi desgastando e, por isso, comprámos algum material e alugámos um conjunto de adornos que estão por aí espalhados e não há

problema nenhum. Acho que é uma iluminação digna e que é feita pelos nossos electricistas.

O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gão e o Sr. Presidente da União das Freguesias de Penalva de Alva e Santo António do Alva falaram sobre algumas coisas interessantes: Hoje, se mandássemos pintar as estradas todas do Concelho, custaria mais de seiscentos mil euros. Precisamos realmente de fazer algumas pinturas mas não vamos conseguir fazer todas. Devemos dar prioridade às zonas que têm mais nevoeiro, sobretudo a parte sul do Concelho. Por isso, estou a pensar lançar um concurso público logo no início de janeiro para requalificar algumas estradas como por exemplo a estrada da Carvalha. Acho que é uma reivindicação justa.

Dizer ao Deputado Nuno Rafael o seguinte: Nós aceitamos as boas ideias mas a proposta que o CDS fez não foi uma boa proposta, na minha opinião, e também já tive oportunidade de lhe explicar, até porque o apoio ao comércio local não vai só passar pelo sorteio das compras de natal.

A proposta do CDS era distribuir vinte euros por todas as pessoas de Oliveira do Hospital para fazerem compras no comércio local mas eu acho que não devemos tratar todos por igual porque se eu der vinte euros a uma pessoa que não perdeu nenhuns rendimentos parece que lhe estou a dar uma esmola. Percebe-se que a ideia de apoiar as lojas para terem movimento era boa.

Nós temos uma verba no Orçamento de duzentos e cinquenta mil euros para ajudar o comércio local, e temos ajudado muito, mas a Câmara Municipal vai ter que ter um Regulamento e complementar com os apoios que o Estado também já está a dar. Defendo muito mais que possamos financiar, por exemplo, as pessoas que pagam renda dos estabelecimentos do comércio local até um determinado valor e durante alguns meses para ver se as pessoas recuperam. Como disse, ainda não está uma ideia definida e as normas serão discutidas em reunião de Câmara mas, de qualquer maneira, não afastamos a proposta e percebemos perfeitamente a proposta do CDS como também o problema da Biblioteca.

O problema do acompanhamento florestal barra em duas, ou três, dificuldades: Primeiro, nas ZIF não se pode aumentar o IMI, e aqui no Concelho há várias ZIF, como sabe. Depois, também pedimos à Repartição de Finanças para nos darem os números de todos os artigos rústicos que há no Concelho e, até agora, ainda não responderam, e aguardamos esses dados para continuarmos a trabalhar e vermos o que é que podemos fazer.

Relativamente à Biblioteca Municipal achamos que a proposta é boa.

Depois, foram enaltecidos vários prémios atribuídos ao Município de Oliveira do Hospital, nomeadamente os prémios de Aldeia dos Sonhos, Autarquia Familiarmente Responsável e Município Amigo do Desporto.

Como eu já disse, é importante termos consciência e estarmos unidos. Não é preciso unanimidade porque a vida não é feita de unanimidades. A vida é feita com princípios de honestidade política e, às vezes, duvido que ela exista!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminámos o Período de Antes da Ordem do Dia e vamos agora iniciar o Período da Ordem do Dia que é complexo, sobretudo o Ponto relativo ao Orçamento.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município e não houve intervenções neste Ponto.

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas, no montante de 5.238,00 € (cinco mil, duzentos e trinta e oito euros).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto II é referente a um subsídio para as obras de construção da Casa Mortuária das Seixas e neste momento até já está inaugurada a Casa Mortuária das Seixas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio às obras de construção da Casa Mortuária das Seixas, no montante de 5.238,00 € (cinco mil, duzentos e trinta e oito euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de doação de prédio à Freguesia de Seixo da Beira.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quem toma conta deste terreno é a Junta de Freguesia de Seixo da Beira e já lá plantaram umas oliveiras. A Câmara Municipal não tem muita vocação para ter terrenos destes espalhados.

A Câmara Municipal propõe que a Assembleia Municipal faça a doação deste terreno à Junta de Freguesia de Seixo da Beira.”

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto III gostaria de dar alguns esclarecimentos: Após o incêndio de 15 de outubro houve uma Comunidade que nos contactou com o intuito de oferecer cerca de quinhentas oliveiras. O número de plantas, apesar de elevado, tornava-se irrisório se resolvêssemos distribuí-las por cada família da Freguesia, correndo o risco de não conseguirmos sequer atribuir uma oliveira a cada agregado familiar. Porque a Junta de Freguesia não possuía um espaço adequado para as plantar contactámos, na altura, o Município de Oliveira do Hospital e solicitámos autorização para a plantação deste olival num terreno localizado na Sobreda, onde se encontra o antigo poço de abastecimento de água e que, àquela data, não tinha qualquer utilização, e a autorização foi-nos prontamente concedida.

Entretanto foi a própria Comunidade Paroquial de Salir de Matos, das Caldas da Rainha, a quem também prestamos um agradecimento, que fez questão de vir plantar o Olival da Esperança, como ficou conhecido, com as suas crianças, catequista e respectivo pároco.

Portanto, foi toda esta simbologia, e até porque é nossa intenção para a utilização do azeite dividi-lo em eventos que se vierem a promover, nomeadamente na Festa do Pão, Bolos e Bôlas, que nos levou a solicitar a doação do artigo rústico 3919 a favor da Junta de Freguesia de Seixo da Beira e responsabilizamo-nos a cuidar do mesmo como já o vimos a fazer desde essa altura.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de doação de prédio à Freguesia de Seixo da Beira, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de não-aceitação da transferência de competências para o município nas áreas da Educação, Saúde (artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto) e Ação Social para o ano de 2021 (artigo 28.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto).

Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para as entidades intermunicipais, (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) - (artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto).

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estas propostas, nomeadamente o Ponto IV é para a não-aceitação da transferência de competências nas áreas da Educação, Saúde e Ação Social por uma razão, vejo alguns Presidentes de Câmara que já aceitaram estas competências a começarem a queixar-se e, por isso, vamos aguardar.

O Ponto V refere-se à aceitação da transferência de competências em matéria de Ação Social para a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Comungamos da decisão do Sr. Presidente da Câmara Municipal e vamos votar favoravelmente os Pontos IV e V.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho duas questões para colocar ao Executivo face a este Ponto, contudo, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, permita-me fazer um ponto prévio de consternação pelo facto de passarmos metade da Assembleia Municipal num processo de passa culpas, o que afasta os eleitores da política.

Eu gostava era de ver a Assembleia Municipal a discutir estratégias para o Município, tanto da parte do Partido Socialista como da parte do Partido Social Democrata, e até dava a dica de deixar a história para os historiadores porque algum dia a farão.

Além disso, gostava de saber, de facto, qual é a estratégia do Executivo para a ESTGOH, além das obras? Mas eu vou dizer qual é que foi o Partido que a deu, e que a teve na Assembleia Municipal de junho, para lembrar o Deputado Carlos Maia. Foi o CDS-PP que falou das taxas de fixação ridículas que a ESTGOH tem neste momento, abaixo de 10%, da adequação dos projectos curriculares que devem existir face às necessidades económicas e sociais do Concelho. E dar-lhe também, já agora, a memória, e não é uma memória muito longa é uma memória de alguns minutos a atrás, porque o Executivo ainda há bocadinho aprovou uma proposta do CDS-PP, e, portanto, dizer-lhe que a oposição em Oliveira do Hospital além de laranja também é azul, e esta nossa parte é bem construtiva como se pode ver além das atas. Portanto, recomendava-lhe que lesse as atas.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Agora é a minha hora de lhe fazer um comentário. Deixei-o falar. O Sr. Deputado apresentou o seu ponto prévio e considero muito inadequado, e fora de todas as regras, que o Senhor se inscreva para falar num Ponto e depois fala sobre outros assuntos.

O Sr. Deputado pediu para fazer um ponto prévio que poderia ter a ver com o tema que estávamos a discutir mas não foi o caso. O Senhor, no uso da palavra, entendeu, por bem, fazer todos os acertos que lhe pareceram ser pertinentes e isso não faz sentido.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Eu compreendo a preocupação da Sra. Presidente da Assembleia Municipal mas gostava que essa postura se mantivesse também em relação aos Deputados do Partido Socialista. Se calhar era bom e ajudava ao funcionamento da Assembleia.

Se me permite continuar a intervenção e fazer as perguntas que eu tenho para o Executivo. Posso continuar?”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Sr. Deputado, o Senhor não me ensina nada. Eu tenho aprendido bastante nesta Assembleia e, se calhar, contrariamente ao Senhor, mas nesta matéria o Senhor não me ensina nada e da próxima vez que o Senhor fizer isto eu corto-lhe a palavra.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“É uma questão de Regimento e não é uma questão de opinião!

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, eu não estou a fazer oposição ao seu mandato. Eu queria é que me deixasse cumprir o meu, se poder ser!

Anotarei e verei se manterá a mesma postura com os outros Deputados de outras forças políticas.

Agora, se me permite, farei então as perguntas ao Executivo: Perguntava ao Sr. Presidente da Câmara Municipal se já existem as verbas previstas para a execução da descentralização das competências que nós aprovámos, e que o CDS irá votar favoravelmente, se são suficientes e se ainda haverá alguma margem de negociação?

Depois, perguntar também, e em linha com o que nós falámos na nossa reunião, qual é que é o Ponto de situação que terá para o Plano de Mobilidade para o Município que, como sabe, é uma das nossas prioridades para o Concelho?”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de não-aceitação da transferência de competências para o município nas áreas da Educação, Saúde (artigo 24.º, n.º 2, do Decreto-Lei n.º 55/2020, de

12 de agosto) e Ação Social para o ano de 2021 (artigo 28.º, n.º 3, do Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto), que foi aprovado por unanimidade.

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto (Aprova a Lei Quadro de Transferência de Competências), da proposta de aceitação da transferência de competências em matéria de ação social para as entidades intermunicipais, (CIM - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra) - (artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida foram apresentados em simultâneo os seguintes Pontos da Ordem do Dia:

Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2020.

Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2020/2023.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta Revisão Orçamental quero dizer o seguinte: Como vocês sabem há um conjunto de obras que não conseguiram ter o andamento que nós prevíamos devido à fiscalização do Tribunal de Contas ou por terem ficado os concursos desertos. Há também um empréstimo de três milhões de euros que acabou por não ser concretizado neste mandato. Este conjunto de obras implicaram esta 2.ª Revisão ao Orçamento. Como também sabem, já tínhamos dito isto, é uma Revisão Orçamental em baixa.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero desejar a todos um Bom Natal e um Feliz Ano de 2021, extensível às respetivas famílias.

Começo por verificar que a situação financeira do município relativa ao período indicado de janeiro a novembro de 2020 é boa, o que contribui para que

este município se possa candidatar a obras que estão previstas para o quinquénio de 2021 a 2025.

Mas, na sequência do que eu tenho afirmado ao longo dos anos, aquando da aprovação dos vários Planos e Orçamentos, os mesmos estiveram sempre empolados, o que acontece também com o deste ano, e só assim é que nós verificámos até trinta de novembro, um grau de execução de 41,7 %. Mas no que se refere às GOP então o grau de execução é ainda mais baixo, cifrando-se nos 30,85 %.

Para colmatar tudo o que se tem dito ao longo deste ano, apresenta o Executivo uma Revisão ao Orçamento da despesa, onde se verifica um corte de dezasseis milhões e setecentos mil euros, ou seja 49,26 %, o que descredibiliza toda a atuação do Executivo, no que se refere à previsão da despesa orçamentada.

No que se refere às Grandes Opções do Plano, então a correção é ainda mais exorbitante, já que a sua redução é de quinze milhões, cento e setenta e sete mil e duzentos euros, ou seja 65,18 % do Orçamento de vinte e três milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e cinquenta e nove euros e oitenta e quatro cêntimos.

Assim, ao que está a ser proposto pelo Executivo nós claro que vamos votar a favor neste Ponto. Ou seja, vamos votar a favor a proposta de Revisão das Grandes Opções do Plano e da Revisão Orçamental para o ano 2020 já que somos coerentes com aquilo que temos dito ao longo dos últimos anos.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“A proposta que nos é apresentada pelo Executivo para ser apreciada e votada nesta Assembleia contém uma previsão para reduzir o Orçamento Municipal em dezasseis milhões e setecentos mil euros e as Grandes Opções do Plano em quinze milhões, cento e setenta e sete mil e duzentos euros. Ou seja, representam uma redução da previsão de Execução Orçamental em 52,65 % face à previsão inicial aprovada aqui há cerca de um ano.

Portanto, representa o emagrecimento total que passa a corresponder a menos de metade do que eram as expectativas iniciais. O que quer dizer que na hipótese da realização efetiva ficar a pouco mais de 85 % desta nova previsão orçamental, que é para isso que esta Revisão é trazida à Assembleia Municipal para evitar uma penalização por parte do Tribunal de Contas, essa mesma realização efetiva não ficará além dos 40 %. O que é manifestamente pouco

para aquilo que têm sido as expectativas criadas pela propaganda do Executivo em permanência.

Mas, se analisarmos a anulação de quinze milhões, cento e setenta e sete mil e duzentos euros, contida na proposta da 2.^a Revisão às Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2020/2023, então a situação é ainda mais alarmante. Desde logo porque esta Revisão às GOP equivale a 91 % da Revisão ao Orçamento. O que significa que não se trata de redução de despesas fixas que pudessem resultar de ganhos de eficiência em determinadas áreas de gestão autárquica. Não! O que se trata é de uma redução nas Grandes Opções do Plano. Isto é, naquele tipo de despesas que deveriam ajudar a criar desenvolvimento, apoiar a criação de emprego ou, pelo menos, auxiliar na preservação dos empregos que ainda existem. Naquele tipo de despesas que quando não são realizadas é todo o Concelho que se atrasa, são mais umas dezenas de promessa que ficam por cumprir.

Portanto, não se admirem que a credibilidade do Executivo em Permanência e do seu Presidente seja agora tão paupérrima em comparação com outros tempos em que o estado de graça ainda se fazia sentir.

Por outro lado, a redução de quase 15,2 milhões de euros às GOP significa uma redução de 65,18 % face à dotação total da Revisão. Ou seja, o emagrecimento total que a dotação final ficará apenas em cerca de um terço da dotação inicial.

Todavia, se compararmos o mesmo valor de redução de 15,2 milhões de euros com o valor inicial das Grandes Opções do Plano para 2020, que foi de 19,8 milhões de euros, a dimensão relativa desta Revisão é ainda mais gritante dado que representa uma diminuição de 76,51 %.

Deste modo o valor de dotação final das GOP será inferior a uma quarta parte da previsão inicial e, pior do que isso, no pressuposto que a realização efetiva não irá além dos tais 85 %, ou pouco mais, então, a capacidade de realização das GOP em 2020 será inferior a 20 %. Isto é, nem um quinto dos compromissos conseguem ser realizados. O que significa que estas propostas não são uma Revisão ao Orçamento e às GOP para o ano de 2020, são antes uma amputação quase total, e um organismo amputado em quase 80 % dos seus elementos já não é um organismo é uma coisa estranha em que já ninguém acredita.

Afinal, de que nos serviu um Orçamento de 31,7 milhões de euros e umas GOP de quase 20 milhões de euros aprovadas para o ano de 2020?

Para quê tanto empolamento aplicado em documentos que pela sua importância e pelo seu sentido estratégico deviam reflectir rigor e transmitir confiança aos cidadãos?

Assim, quem é que acredita nas propostas que hoje, aqui mesmo, estão em discussão nesta Assembleia para o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2021, se elas são mais do mesmo? Empolamento e mais empolamento, promessas e mais promessas. Veremos por quanto tempo mais.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O que ouvimos aqui da parte da bancada do PSD foi a linguagem fria dos números. Naturalmente que nós percebemos que sendo oposição o discurso será este, mas a linguagem fria dos números não é tudo, nem diz tudo.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal já disse, quando fez a sua intervenção inicial, o que é que está aqui em causa: Houve um conjunto de obras e de intervenções que devido a um conjunto de fatores externos e de situações que nos transcendem não foi possível realizar essas obras e esses investimentos.

A situação é precisamente o contrário, e inverteu-se aqui o ónus da questão. Se estas verbas e financiamentos não estivessem inscritos nas Grandes Opções do Plano, e se não estivessem orçamentadas, e se a circunstâncias tivessem permitido que elas fossem realizadas, nós não as conseguiríamos realizar se elas não estivessem inscritas.

Devido às circunstâncias que nos são alheias, e que nos envolveram, não foi possível realizá-las. Naturalmente, não tendo sido realizadas, elas foram retiradas. Esta é a linguagem técnica e não é a linguagem fria dos números.

O que há aqui a dizer é o seguinte: O que é que estava previsto? O que é que não se fez? Porque é que não se fez?

O Sr. Presidente da Câmara Municipal já explicou isso. Temos o Campus Educativo que avançou tardiamente; A Zona Histórica; Temos a questão do empréstimo dos três milhões de euros, etc, etc. Isto é o que está em causa.

Agora, se num Orçamento futuro não previrmos isto, depois não conseguimos realizar as obras, porque as contas públicas são assim mesmo ou, então, o sistema está todo errado.

Também vos digo o seguinte: Fazem aqui juízos de valores sobre a visão desta Câmara Municipal, e não acreditam na Câmara, mas há pessoas que acreditaram, e já lá vão doze anos, e com um crescimento fortíssimo de

votação. Isto parece o que se passa na política nacional: O Governo está tão mal e cada vez aumentam mais as intenções de voto e estão no limiar da maioria absoluta. A Câmara Municipal não faz as coisas bem mas tem mais aceitação e cada vez mais os Oliveirenses dão mais confiança.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu já expliquei aqui os motivos desta Revisão Orçamental mas percebo perfeitamente que o Deputado João Brito tenha este complexo. O Deputado João Brito disse que o estado de graça tinha acabado.

Eu também já ouvi isso nas últimas eleições e o vosso estado de graça foi o que foi! Mas, eu digo-lhe mais: Vocês têm novos mentores e têm novos mentores que participaram neste Orçamento.

Digo-lhe ainda o seguinte: Este Orçamento é um Orçamento com ambição. Se não tivesse um Orçamento com ambição a Av. Dr. Carlos Campos nunca tinha sido feita. Aquilo que eu encontrei no Mercado era uma vergonha e os Senhores não falam dessa vergonha. As pessoas na Central de Camionagem andavam de guarda-chuva na mão para apanharem os autocarros. As obras foram feitas porque houve ambição.

Os Orçamentos que nós apresentamos aqui têm ambição e tentamos concretizá-los. Tem que haver uma luz, tem que haver objectivos e os Orçamentos têm objectivos e, depois, para conseguirmos lá chegar, precisamos de ter mecanismos financeiros. Quando esses mecanismos financeiros chegarem, as obras, como por exemplo a obra da Zona Industrial, têm que lá estar.

O Sr. Deputado referiu a qualidade de vida mas garanto-lhe que na parte social o Senhor não dá lições a ninguém porque os vossos Orçamentos não saiam do mesmo e este Orçamento é um Orçamento diferente e com ambição.

Como sabe, nas reuniões, o PSD propôs fazermos um Orçamento, este ano, para vinte e cinco milhões de euros mas a minha resposta é não!

O nosso Orçamento continuará com visões e a tentamos lutar para concretizar essas obras que ainda fazem falta a Oliveira do Hospital e que dão qualidade de vida aos cidadãos. Não é por agora fazermos uma revisão que iremos baixar o Orçamento até porque você acaba de passar um atestado, não ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, mas passou um atestado aos Presidentes de Câmara do seu partido, no País todo, e vá à CIM e veja quantos é que fazem Revisões Orçamentais. E fazem-no porque eles têm

ambição e não são como o PSD de Oliveira do Hospital que não tem ambição absolutamente nenhuma.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2020, que foi aprovado por maioria e com quatro abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte declaração de voto:

“Na minha intervenção eu disse que votaria a favor mas enganei-me porque a minha intenção de voto é a abstenção. Era essa intenção de voto que eu gostava que ficasse vencedora.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o Quadriénio 2020/2023, que foi aprovado por maioria e com quatro abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quinquénio 2021/2025, o Plano Orçamental Plurianual para o Quadriénio 2022/2025, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2021, a proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como sabem, este será o meu último Orçamento como Presidente desta Câmara Municipal.

Este Orçamento continua a nortear uma ambição, que sempre tiveram os Executivos que me acompanharam, de fazermos mais e diferente.

Este Orçamento, sendo um Orçamento feito num quadro de grandes dificuldades, tem algumas inovações na procura de soluções e de respostas para o Concelho porque o caminho não terminará quando eu sair e o Concelho continuará com determinadas respostas.

Todos percebemos as consequências dos fatores que são externos à governação autárquica mas este Orçamento, sobretudo em termos de obras, tem duas componentes: Uma das componentes é de continuidade e de consolidação das políticas que assentam sobretudo nas pessoas, demonstrando que as pessoas continuarão a ser a nossa prioridade.

Depois, este Orçamento tem algumas inovações, até porque pela primeira vez o Orçamento Municipal deixa de ser plurianual e passa a ser quinquenal e, por isso, será até 2025.

Queria dizer-vos quais são algumas diferenças e não vou falar nas obras: Teremos o Projeto Cidade Futuro OHP. Este é um projecto novo, será apresentado até ao mês de fevereiro à Assembleia Municipal, e determinará o desenvolvimento da Cidade de Oliveira do Hospital e o seu alargamento como Cidade. Este projecto tem uma perspectiva de planeamento de vinte ou trinta anos.

Depois há outra ideia subjacente que estará no Quadro Comunitário 2020/2030 e que é o Projeto Aldeias de Futuro Renovação e, em princípio, será para as Sedes de Freguesia.

Todos estes projectos da Câmara Municipal estão de acordo com os Planos Estratégicos Nacionais e com os Planos Estratégicos Regionais e é importante saber isso.

Outro projecto que está aqui é um Projeto de Mobilidade para aproximar os núcleos urbanos à Cidade de Oliveira do Hospital. A partir de janeiro ou fevereiro, este projecto ficará centralizado na Comunidade Intermunicipal. Será transporte a pedido, onde não há carreiras regulares nas aldeias mais dispersas, e vai haver um projecto piloto. Haverá um telefone gratuito para as pessoas ligarem. Depois será feito um concurso com os Táxis e com os Operadores de Transportes para fazerem estes transportes de Mobilidade a Pedido, que é uma das lacunas que eu reconheço e que o CDS já teve oportunidade de apresentar.

Outro documento que estamos a adjudicar é uma estratégia local de habitação. Até agora não havia um documento orientador em termos de estratégia local de habitação. Também será um documento estratégico do planeamento em relação à habitação em Oliveira do Hospital. Há vários Concelhos que já têm isto.

Depois também teremos aqui o lançamento da Unidade Móvel de Saúde, aproximando os cuidados de saúde ao cidadão. Defendemos que a saúde deve estar próxima dos cidadãos sobretudo daqueles que têm mais dificuldades económicas e daqueles que não têm voz, e este Executivo sempre fez isso e foi sempre contra o fecho de qualquer Extensão de Saúde. Somos defensores de que as Extensões de Saúde têm um papel de proximidade e é mais fácil deslocar um médico, um enfermeiro e um administrativo a uma Extensão de Saúde do que trazer vinte, trinta, ou cinquenta idosos para Oliveira do Hospital. E, por isso, há aqui um conjunto de políticas que estão muito centralizadas nisto.

Depois, há aqui uma obra, porque eu acho que o Concelho nunca ficará completo sem ter um Multiusos e, por isso, também se darão os primeiros passos, porque vai haver enquadramento em termos de candidatura financeira, e não sei se é este ano ou se é no próximo ano, mas o importante é que ele ficará aí ligado.

Outra obra que eu penso que Oliveira do Hospital deve melhorar, porque as coisas têm o seu tempo, é a requalificação das Piscinas Municipais. As Piscinas Municipais precisam de ser melhoradas porque já têm uns anos e precisam de financiamento.

Este Orçamento tem flexibilidade, tem ambição que corresponde aos desafios, e bom seria que fossemos capazes, e tem uma visão estratégica. Como já referi, os Orçamentos eram plurianuais e agora são quinquenais.

Há sempre uma coisa que nos preocupa muito é o problema da sustentabilidade.

Hoje trago também, aqui, uma apresentação em PowerPoint para vos dar uma perspectiva deste Orçamento, tendo por base a documentação enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal, que passo a apresentar.

Neste Orçamento a oposição, mais uma vez, vai dizer que os números têm flexibilidade e eu quero deixar aqui esta nota: É verdade que um Plano e um Orçamento é uma previsão daquilo que queremos fazer e é melhor fazer uma revisão final onde possamos deixar cair algumas coisas.

Este Orçamento não será o Orçamento perfeito. Eu gostaria que fosse um Orçamento perfeito e gostaria até de acertar euro a euro, ou cêntimo a cêntimo, mas e isso não é possível, como sabem, num Orçamento desta dimensão. Aquilo que eu garanto é o seguinte: Este é o meu Orçamento, e tenho orgulho de o apresentar assim porque ele tem as convicções da melhoria da vida em Oliveira do Hospital e do seu tecido empresarial e das suas gentes e tem um

grande cariz social que nunca teve no passado em nenhum Orçamento apresentado pelo PSD. Isso é uma coisa que é indesmentível e tanto me faz que o PSD vote contra ou que vote a favor.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, gostaria de desejar um Bom Natal a todos e que o ano de 2021 seja bom para cada um de vocês, mas que seja bom também na nossa ação política coletiva em prol de Oliveira do Hospital.

Este, de facto, é o último Orçamento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, que nos habituou a um espírito de ambição e a uma visão de futuro, e ainda tem um ano pela frente para Executar o Orçamento de 2021, ou pelo menos grande parte dele.

Gostaria de deixar aqui bem claro, como Deputado abaixo dos trinta anos, que o Partido Socialista apresentará sempre um projeto nas próximas eleições que tenha esta marca profunda da ambição e a certeza que Oliveira do Hospital só terá futuro com desenvolvimento.

E, isto, naturalmente, é contrário àquilo que o PSD nos habituou quando era poder, e àquilo que na realidade vem dizer agora, porque, no fundo, a intervenção do Deputado João Brito, e aquilo que diz, é o seguinte: Sr. Presidente, Câmara Municipal, Assembleia Municipal, nós não podemos ter tanta ambição. Diria, até mesmo, que eles não querem que tenhamos nenhuma ambição. Ora, isto, no fundo, passados dez anos, e a lógica continua, e a narrativa é a mesma. É pouca coisa, é pouca ideia de futuro, pouca ambição. E isso, certamente, não nos leva a lado nenhum.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, o Orçamento e o Projeto de Futuro está mais do que apresentado. Há uma preocupação que particularmente sempre me interessa e que é percebermos e não deixarmos que a sociedade e que a nossa comunidade se deslance. Naturalmente que medidas como as Bolsas de Estudo são um contributo decisivo para uma comunidade que quer ter futuro com inovação, com conhecimento, mas também na perspetiva de cada um que tem uma dignidade e merece um lugar no desenvolvimento do Concelho.

A pergunta que eu aqui faço é a seguinte: O Deputado João Brito perguntou quem é que poderia agora votar as Grandes Opções do Plano favoravelmente. E eu vou fazer uma pergunta porque não tenho a certeza, mas a nota que nos é remetida diz que o Ponto que estamos a votar foi aprovado por unanimidade na reunião da Câmara Municipal.

Por isso, eu gostaria de perceber se estarei a ver mal quando acho que o PSD votou favoravelmente o Orçamento na reunião da Câmara Municipal, mas agora questiona quem é que poderá votar a favor. E, pelo que me parece, toda a gente vai votar a favor.

Por fim, gostaria só de dar uma sugestão: O Sr. Presidente falou que no próximo o ano, na altura da Páscoa, vamos inaugurar a nova Casa da Cultura. O ano de dois mil e vinte e um é também o ano em que o Prof. César de Oliveira faria oitenta anos, se estivesse entre nós, e ele faria anos nesta altura, no dia vinte e seis de março. Acho que seria uma boa data para homenagearmos um homem que trouxe ambição e ideias de futuro a Oliveira do Hospital e a Casa da Cultura é claramente um marco que continuamos a valorizar.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui simplesmente para dizer que vou votar a favor esta proposta do Plano e Orçamento.

Peço ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que na rubrica da família solidariedade e ação social fosse um bocadinho sensível. Depois da explicação que o Sr. Presidente deu fiquei mais descansado porque nesta rubrica, referente às Aldeias de Futuro, vai-se enquadrar um bocadinho naquilo que eu queria falar porque na realidade as Aldeias de Futuro, como o Senhor disse, a Freguesia de Alvôco é uma das Freguesias que está mais longe do Concelho e, por isso, é uma das Freguesias mais desfavorecidas em termos de proximidade.

O Posto de Saúde necessita de algumas obras mas neste momento não é fácil arranjar alguém que faça alguma coisa. Portanto eu pedia que fosse sensível neste Plano e Orçamento na questão do Posto de Saúde de Alvôco das Várzeas que na realidade necessita muito de uma intervenção porque já não tem condições. Tínhamos um plano aprovado para fazer um novo edifício mas depois não foi feito e também porque com uns pequenos arranjos poderíamos solucionar os problemas. Fizemos lá uns remendos e neste momento o Posto de Saúde está um bocadinho deteriorado e necessita de obras. É nesta parte que eu queria que o Sr. Presidente fosse sensível.

Também em relação a outras obras. O Sr. Presidente da Câmara Municipal falou sobre as obras relacionadas com os prejuízos causados pelas cheias. O Sr. Presidente da Câmara Municipal sabe que temos lá duas obras naquele caminho do Barreiro, temos a obra nas Eiras que necessita mesmo de

uma prevenção. Sei também que o Sr. Presidente já lá mandou alguém e já fizeram o levantamento. Aquela obra tem alguma urgência.

Dizer ainda que quem está habituado a fazer Planos e Orçamentos sabe perfeitamente que é preferível fazer esta revisão para baixo porque se as obras não tiverem cabimentos no Orçamento não poderão ser realizadas quando os financiamentos são disponibilizados. É preferível fazer um Plano e Orçamento com ambição. O Plano e Orçamento não pode ser avaliado pela sua execução mas deve ser avaliado pelas obras que lá estão.

Termino desejando um Feliz Natal e que o próximo ano seja melhor para todos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Face à verificação efetuada ao Orçamento para o ano de 2021 e as GOP para 2021/2024, verifica-se, como já é hábito, um empolamento da receita e despesa para o próximo ano, enfermando da mesma “doença” dos Orçamentos anteriormente aprovados, com a agravante de haver um acréscimo de 1 % face ao orçamentado para o exercício de 2020. Já não bastam os cortes que se fizeram para este exercício nos pontos anteriores, e vamos cair outra vez na mesma situação, e daqui a um ano estamos outra vez a corrigir o Orçamento e as GOP, para que o mesmo seja aprovado pelo Tribunal de Contas e não sejamos penalizados.

Assim, tenho aqui algumas questões que queria abordar e que gostaria de questionar o Executivo: Relativamente ao Orçamento, na rubrica 1003070307 - Verifica-se uma previsão de receitas de 9.173.500,00 € relativas a Fundos Comunitários através do Programa Operacional Regional Centro 2020, que corresponde a um aumento de 41 % face à previsão da mesma rubrica no Orçamento de 2020. Será isto razoável? Não será este o valor que é suposto receber de todos os projetos que já estão aprovados, mas não serão totalmente realizados em 2021? E, por isso, as participações relativas às despesas que só serão feitas em 2022 e 2023, nunca poderão ser recebidas já em 2021. Quando falamos de empolamentos, é disto que falamos.

O mesmo acontece na rubrica 10030799 - Outras, com 1.720.965,00 € e com mais 11 % do que em 2020.

Na rubrica 130101 - Indemnizações - Gostaríamos de obter uma explicação para esta verba de 600.000,00 € de indemnização e para a sua razão de ser. Será que é a célebre indemnização de um milhão de euros que anda nas

contas da Águas do Vale do Tejo há anos e nunca mais é paga? E agora já só são 600.000,00 €, porquê? É para fazer encontro de contas com dívidas entretanto contraídas?

Na despesa, não deixamos de relevar o valor de 235.000,00 € na rubrica 02/010107 - Pessoal em regime de tarefa ou avença. Este valor já é mais do que 10 % da verba gasta com pessoal em funções, quando em 2014 ou 2015 esta proporção não ia além de 1 %. Bem se vê quais são as prioridades do Executivo em permanência. Empregos e mais empregos, abuso sistemático dos falsos recibos verdes, para depois serem encaixados através de concursos.

Outra nota que queria salientar é que no mapa dos empréstimos previsionais para o ano de 2021 não consta o empréstimo pedido pela Câmara Municipal, e autorizado por esta Assembleia, no montante de três milhões de euros. Aparece na Receita do Orçamento no código 120602 - Empréstimos a médio e longo prazo - Sociedades Financeiras 2.734.360,00 €. Será este montante o valor do empréstimo pedido?

Assim, face ao que foi referido, optamos pela abstenção do Orçamento para 2021 e das GOP para 2021/2024, já que o documento contempla investimentos muito significativos para o Concelho e benefício para as populações. Só não votamos a favor devido ao empolamento atrás descrito.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Sr. Presidente da Câmara Municipal, efetivamente estamos aqui, hoje, a discutir e a votar aquele que será o seu último Orçamento neste mandato. E não quer dizer que daqui a quatro anos não se possa candidatar e acredito que o possa eventualmente fazer. Devo-lhe dizer que, enquanto último Orçamento que apresenta, a primeira consideração que me é dado fazer é que o Senhor deve ser um homem feliz, e é reconhecido por todos, inclusive pelo PSD quando percebemos nomeadamente pelas intervenções que hoje tivemos nesta Assembleia por alguns elementos da bancada do PSD, que o Senhor, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, conseguiu estar, pelo menos, onze anos em estado de graça, o que é bom!

Por regra, o estado de graça, acaba nos primeiros cem dias e o Senhor conseguiu estar onze anos em estado de graça. Parece inédito e dou-lhe os parabéns por isso, e acredito que seja um homem muito feliz.

Depois, devo-lhe dizer também que este Orçamento especificamente reflete, desde logo, o tipo de pessoa que o Senhor é, e o Executivo que o Senhor preside, e que já disse aqui várias vezes, que tem a honra de presidir.

Este Orçamento é um Orçamento com preocupação social, é um Orçamento que tem visão de futuro, é um Orçamento corajoso, arrojado, ambicioso, aberto à captação de recursos e financiamentos para a realização de obras. Ou seja, o Senhor recusa-se a fazer um Orçamento mesquinho e tacanho, preocupado com o cêntimo, preocupado com dois parafusos que não se podem pagar à empresa que fez a reparação da máquina pelo simples facto do Presidente da Câmara não estar em Oliveira do Hospital mas estar em férias. O Senhor não tem essa preocupação. O Senhor, e o seu Executivo, nestes últimos onze anos têm demonstrado a Oliveira do Hospital e aos seus Municípios e, diga-se de passagem, ao País, porque tem sido reconhecido pelo País, que efetivamente é um Executivo e um Presidente da Câmara que se preocupa com as pessoas, que tem visão e é arrojado. Não está aqui, obviamente, a contar tostões, no sentido de que não os desbarata porque obviamente não o faz. Não está à espera que achem que o Senhor é sério pelo simples facto de para que sejam pagos os parafusos lá esteja na requisição a sua assinatura.

Efetivamente este Orçamento reflete horizontes largos, revela estratégia, mostra aquilo que é a perspetiva da sociedade e do Concelho para muitos anos e acredito que o Senhor, e o seu Executivo, serão sempre recordados em Oliveira do Hospital, desde logo, pela sua capacidade comunicativa e pela sua empatia, mas também pela ambição e pela largueza de horizontes. E basta ver as obras que foram efectivamente realizadas, basta ver as obras que estão a decorrer, basta ver as obras que já estão adjudicadas, basta ver as obras que estão em concurso e em projecto. Aquilo que o vosso Executivo e o Senhor fizeram, desde há onze anos a esta parte, e vai deixar feito, faz com que, efectivamente, as pessoas se revejam em si, enquanto Presidente, e neste Executivo, enquanto Executivo Autárquico.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, obviamente que votarei a favor este Orçamento.

Devo-lhe dizer, mais vale rever um Orçamento em baixa do que ser incapaz de pensar o futuro ou de deixar de realizar por não ter previsto e orçamentado. Estes sim, são crimes de lesa pátria, são crimes de lesa município. Rever em baixa porque se foi ambicioso, Sr. Presidente, os meus parabéns porque o Senhor será também recordado por isso.

Muito obrigado por ter servido o Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Este Orçamento, pela análise que fiz, vou votar favoravelmente. É um Orçamento ambicioso mas também mal de nós se não temos alguma ambição e louvo o Sr. Presidente da Câmara Municipal e o seu Executivo por isso.

Como já disse, vou votar favoravelmente porque o Orçamento tem obras importante que a Junta Freguesia de Meruge anda há vários anos para as concretizar e esperamos que este ano que se aproxima poder concretizar pelo menos algumas. Neste caso, o Polidesportivo de Nogueirinha é uma obra que já está adjudicada e tem uma verba inscrita para a sua execução e depois também aproveitar aquilo que o Sr. Presidente da Câmara disse relativamente ao reforço para as Freguesias para tentar recuperar estes anos que foram maus e que todos nós sabemos que foi devido aos incêndios, devido às condições climatéricas e agora devido ao Covid e, nesse sentido, em Meruge temos algumas obras que gostávamos de ver concretizadas, e não sei qual vai ser o critério da distribuição desse dinheiro mas alguma coisa também poderá vir para nós.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal também diz que no próximo ano o objetivo é atingir quase os 100 % da rede de saneamento. Na nossa Freguesia temos algumas ruas e alguns bairros em Nogueirinha com um número significativo de casas que não têm saneamento e também gostaríamos de ver estes problemas resolvidos. Já sabemos que foi aprovado na Assembleia da República a construção da Estação Elevatória para resolver o problema e eliminar a fossa séptica e esperamos que neste próximo ano isto seja resolvido.

Portanto, com todas estas obras, não só para a Freguesia de Meruge mas também para todo o Concelho, vou votar favoravelmente.

Desejo a todos um Feliz Natal e um Bom Ano Novo.”

De seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º João Filipe Rodrigues Brito, que fez a seguinte intervenção:

“Aqui no Ponto VIII vou falar sobre as Grandes Opções do Plano. Isto é o Plano dos mil euros. É aquela conversa habitual! Só para sinalizar: São oitenta as acções inscritas com o valor de mil euros, ou inferior, cerca de um terço de todas as GOP. É ridículo mas, pior do que isso, é triste!

Peço a quem me quiser acompanhar que pegue na documentação das GOP, na página 5: Surgem dois projetos na área do desenvolvimento, um sob a designação de Pavilhão Multiusos XXI, no ponto 020022020/1, e outro que

pretende ressuscitar a intenção de ampliação do Complexo das Piscinas Municipais e que é a rubrica 020022021/2. Não podemos deixar de felicitar esta inscrição até porque a inscrição do Pavilhão Multiusos refere o contributo do PSD na construção desta proposta, mas quando os mesmos surgem com previsão que se veja em termos de verbas apenas em 2022 e 2023. Talvez não seja assim para levar tanto a sério!

Página 15: Mais uma ação que exige uma explicação cabal. Surge um projeto designado por recuperação dos danos e prejuízos decorrentes das depressões Elsa e Fabien, a rubrica 070052021/11, com um milhão de euros para 2021 e meio milhão de euros para 2022. Mas que surge com uma previsão de financiamento a 100 % por Fundos Comunitários da União Europeia.

Afinal há financiamento comunitário para a reposição de prejuízos destas intempéries? Pode garantir-nos isso até ao fim deste tempo todo?

Acreditamos nisso, nessa expectativa que nos é apresentada nas GOP ou, então, temos que acreditar naquele muro das lamentações, que está nas palavras do Sr. Presidente inscritas no Boletim da Propaganda que acaba de ser publicado. Aí já podemos perceber qual vai ser a narrativa para os próximos tempos: “*Fui tudo uma desgraça, ninguém teve uma desgraça tão grande como a nossa.*”

Foram os incêndios que, por acaso, esses, sim, tiveram financiamento para as empresas e para as primeiras habitações de 1,8 milhões de euros para os prejuízos com infraestruturas e equipamentos Municipais. Foram as intempéries cujas estimativas de despesa eram de três milhões de euros, ou mais, mas que agora já só metade é financiado, ao que parece, a 100 %.

Agora é a pandemia Covid-19, cujos encargos concretos para o Município nunca foram verdadeiramente conhecidos e, aqui, enquanto não constituírem despesa não podem servir de desculpas para a inação do Executivo em permanência. Também aqui é preciso aclarar algumas ideias.

Na página 18 temos outra enorme curiosidade que precisa ser esclarecida. Estão inscritas duas verbas para as obras de ampliação da Zona Industrial, rubrica 080052007/143 de 1.777.133,00€ para 2021 e de 415.000,00€ para 2022, que causam alguma perplexidade, porque se a empreitada foi contratada por 1,5 milhões de euros para que vai servir a diferença de quase 700.000,00€?

Já estarão a contar com os custos indemnizatórios e revisão de preços pela suspensão da obra? Ou é mais uma obra para ter um custo enorme de trabalhos a mais?

Na página 19, a tão propalada variante sudeste de acesso à Zona Industrial surge novamente com um grande projecto nas GOP 2021. Só que desta vez com uma previsão de financiamento de 60 % através de empréstimos e de 40 % de receitas próprias.

Então, mas não havia já disponibilidade da CCDR para financiar este projeto através do Centro 2020 no âmbito da expansão sul Zona Industrial com acesso preferencial a esta Zona Industrial? Aguardamos também uma explicação do Sr. Presidente.

Na página 21, temos, então, por último, a verba para o Programa Reflorestar, a verba 100032012/5055 com apenas 30.000,00€. Em 2009 eram 250.000,00€ dos quais foram gastos apenas 18 %. Em 2020 eram já só 50.000,00 € e vai fechar com apenas 500,00€. Em 2021 já só são 30.000,00€ sem garantias que se vá gastar alguma coisa. Por aqui se vê a prioridade do Executivo em matéria de reflorestação das áreas ardidas após os incêndios de 2017.

Quero desejar um Santo e Feliz Natal e um Próspero Ano Novo e que realmente 2021 nos traga melhores dias.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Quanto a este Orçamento e a estas Grandes Opções do Plano para 2021 e àquilo que inclusivamente já lá vem plasmado, também por uma questão de ambição porque tem havido ambição e visão, quer a oposição queira, quer não. Este Executivo Municipal não o podem acusar de imobilismo, de falta de ambição, de falta de visão e de falta de trabalho. Isso, seguramente, nem a oposição, nem ninguém neste Concelho, pode acusar este Executivo Municipal.

Quando eu era oposição ao Executivo do PSD, eu gostaria muito de ter visto esta ambição, este trabalho, esta visão, esta dinâmica que este Executivo tem tido ao longo destes anos, mas eu nunca vi e, por isso, houve grandes críticas neste Salão Nobre, da minha parte, e não só, acerca do Executivo Municipal anterior do PSD, devido à sua inércia. Dei aqui muitas vezes exemplos do que se passava em Municípios à nossa volta que tinham ambição.

Ninguém pode acusar este Executivo Municipal de falta de qualidades. É preferível ter um Orçamento e umas Grandes Opções do Plano tal como aqui vêm escritas, e com os montantes que aqui vêm escritos, do que ter um

Orçamento ou umas Grandes Opções do Plano miserabilistas, e que era aquilo que acontecia anteriormente, e eu não tenho a memória curta.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, vou dizer-lhe muito claramente, se o Senhor não conseguiu chegar ao fim de 2020, como há pouco o acusaram, e ter um grau de execução das obras que tinha planeado fazer, pelas diferentes razões que já enumerou, mas que as vai realizar ou iniciar, e algumas, seguramente, não estarão finalizadas até ao fim do seu mandato, mas vão ser feitas, e os Oliveirenses sabem que vão ser feitas. Mas, o Senhor, para além disso, tem aqui plasmado outra coisa. Sabe o que é Sr. Presidente? Eu vou dizer-lhe: Vamos ter eleições autárquicas em outubro do ano que vem e o Senhor inclusivamente já está a fazer um favor à oposição, e eu vou dizer-lhe qual é: O Senhor já lhes está a dar ideias para eles futuramente apresentarem aos Oliveirenses no programa da próxima campanha eleitoral.

Portanto, meus amigos, quer queiramos, quer não, isto é o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para o futuro de Oliveira do Hospital. São estes documentos e estas verbas que temos aqui para apreciar. Quem votar contra isto, é contra Oliveira do Hospital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente este Orçamento.

Se a Sra. Presidente da Assembleia Municipal me permitir, como cidadão e como profissional de saúde, gostaria de mencionar aqui duas preocupações e um alerta ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo e principalmente aos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia. Tem a ver com a nova fase da pandemia que vamos viver: O Sr. Presidente na apresentação do Orçamento falou nas Extensões de Saúde e no apoio ao Covid-19 e a nova fase tem a ver com a vacinação. Há uma preocupação dominante nos enfermeiros, que tem a ver com a administração da vacina, porque um Concelho com cerca de vinte mil habitantes não vai ser fácil. Não vai ser fácil a administração da vacina e provavelmente vamos ter que criar um espaço específico com condições de segurança. Seguramente que iremos contar com o apoio do Sr. Presidente da Câmara Municipal e do seu Executivo e das Juntas de Freguesia.

A outra preocupação tem a ver com a população idosa que vive em aldeias longe de Oliveira do Hospital como, por exemplo, Chão Sobral e Vale do Ferro. Como é que vai ser a deslocação não havendo transportes públicos? É

nesse sentido que gostava de alertar toda a gente porque a vacinação vai começar no início do ano.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Sendo também a minha última intervenção, quero desejar Boas Festas e boas entradas no novo ano para todos os presentes e seus familiares e que francamente o ano de 2021 seja melhor para todos.

Relativamente a este Ponto VIII dizer o seguinte: Com a mesma receita, certamente, não podemos esperar resultados diferentes.

Este é o Orçamento da continuidade e, ao longo dos últimos quatro anos, o CDS - Partido Popular também tem feito através da Assembleia Municipal, seja através de propostas, seja através de intervenções, apresentado uma visão alternativa para o Concelho. Portanto, não restará outra solução ao CDS-PP senão votar contra este Orçamento.

O problema do CDS-PP, não é com o que está no Orçamento, é com o que não está no Orçamento. Esta falta de predisposição do Partido Socialista para debater o Concelho e alternativas à sua estratégia e essa visão empedernida que faz com que mais do que um voto contra do CDS - Partido Popular, e pegando um bocadinho no desígnio do Deputado Tiago Martins que dizia que *enquanto jovem socialista com menos de trinta anos*, faz também um jovem com menos de trinta anos de direita, votar contra este Orçamento e porquê?

Falta, como o CDS-PP vem dizendo ao longo destes quatro anos, uma estratégia de ordenamento territorial séria para o setor primário, uma estratégia para a floresta que pode ser seguramente o futuro do nosso Município, seja o futuro económico, seja o futuro turístico.

Falta uma estratégia para a educação onde tenhamos uma taxa de fixação de jovens bem acima daquela que temos actualmente. Uma taxa de fixação dos estudantes da ESTGOH bem acima dos 10 % que temos actualmente e com isso uma harmonização nas ofertas curriculares que nós temos no nosso Município.

Falta um plano de habitação jovem sério para a fixação de jovens e para quem escolhe Oliveira do Hospital para estudar.

Falta maior ambição para uma estratégia económica quando toda a gente já terá percebido nesta fase que a crise económica e social que aí vem, com pessoas que certamente terão dificuldades em pagar as suas rendas e certamente terão dificuldades em pôr o pão na mesa das suas famílias, será certamente mais trágica do que a crise sanitária que aí vem.

Portanto, como já, também o CDS-PP deixou claro nesta Assembleia no ponto prévio no Período de Antes da Ordem do Dia, entendemos que o apoio ao comércio local peca por escasso.

Também como último desígnio, e outro dos desígnios que o CDS-PP tem vindo também a trazer aqui à Mesa, a questão da mobilidade, como ainda há pouco o Presidente da Junta de Freguesia de Avô, José Carlos, nos disse, e muito bem, a falta de transportes públicos para poder haver deslocação das pessoas mais envelhecidas, e dou como exemplo a minha Freguesia de São Gião que tem a alternativa da carreira às sete da manhã, para depois voltar às sete da noite a casa, e isto parece-me que não será certamente digno de um Município e muito menos de uma cidade no século XXI. E quem diz São Gião, diz certamente, muitas outras Freguesias, porque, infelizmente, vivemos num Concelho envelhecido, onde a pirâmide demográfica se vem invertendo cada vez mais.

Por último, o que certamente não falta também neste Orçamento é o tique megalómano do Partido Socialista que fica bem plasmado em obras como o Multiusos ou como, até, a obra do Parque dos Marmelos. Isto parece-me, sobretudo enquanto jovem, nomeadamente a questão do Multiusos, que peca certamente por uma visão maior, a longo prazo e este tique de fazer Multiusos, como se ainda estivéssemos em 2000 ou em 2010, certamente já será bem ultrapassado, e basta, de resto, sentir o pulso à população mais jovem em Oliveira do Hospital para perceber isso.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“A minha intervenção será uma reflexão. Desenvolvo a minha intervenção em quatro pontos: Missão; Visão; Estratégia; Legado.

Qual foi a missão que tivemos e de certeza iremos ter? Foi engrandecer o Concelho e esta missão está plasmada neste Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. Foi o bem-estar futuro dos Oliveirenses, fixar a população e satisfazer todas as necessidades básicas. Esta tem sido a missão e vai continuar a ser.

Qual é a visão? O que se pretende para o Concelho, que futuro e como.

Qual é a estratégia? Modo como vamos fazer que está plasmado também, de que maneira, a sua execução, está nas obras, está em todos os pontos que lá estão.

Não vos vou aqui maçar com obras e com números porque acho que é desnecessário. Fiz um resumo e enchi uma folha A4 só com obras e

intervenções que estão previstas para 2021. São obras para fazer e beneficiar os Oliveirenses. São trinta e dois milhões de euros que têm que estar no Orçamento porque as obras vão ser feitas. Claro que contamos que haja financiamentos, que haja empréstimos e que haja todas as condições para as podermos alcançar. Temos a certeza que o Sr. Presidente e o seu Executivo vão trabalhar para isso conforme têm trabalhado até hoje e vão com certeza conseguir.

A outra questão que está neste Orçamento tem a ver com o seguinte: É uma clara ligação entre as medidas que estão preconizadas neste Orçamento e nas medidas das Grandes Opções do Plano e o Governo e a clara ligação entre o Plano Estratégico 2020/2030 e o futuro que se pretende para Oliveira do Hospital.

A reabilitação urbana é aqui claramente evidente. Pretendemos uma cidade com futuro, com um plano de transformação do Concelho, e com as verbas europeias que estão aí a chegar do Plano de Resiliência do Governo.

Vamos ter naturalmente um PEDU para as aldeias.

Temos uma estratégia local de habitação e não é só apostar na cidade é apostar também nas nossas aldeias para fixar populações, com vias de comunicação físicas e eletrónicas.

O nosso Deputado do CDS falou muito na mobilidade, parece que não leu, ou não ouviu, porque o Sr. Presidente falou sobre o Projecto de Mobilidade para os concelhos da CIM.

Teremos o reforço na área da saúde com Unidades Móveis.

Também se falou na reflorestação e na paisagem e está claramente plasmado no Orçamento e nas GOP um plano de transformação da paisagem em ligação com as Zonas de Intervenção Florestal.

O Orçamento contempla vários investimentos e posso destacar, por exemplo, Zona Industrial, Campus Educativo, Zona Histórica, Variantes, Pavilhão Multiusos, Vias de Comunicação e naturalmente a concretização do IC6, como o Sr. Presidente já falou. Os milhões são muitos vamos concretizá-los com o benefício e com o esforço de todos e a entrega de todos os Oliveirenses.

Por último quero falar no legado. O que é o legado? O legado é o que o José Carlos Alexandrino, o Presidente da Câmara Municipal, nos trouxe, nos deu, e nos vai continuar a dar. A mudança e transformação que ocorreu em Oliveira do Hospital vai quase para doze anos foi demasiado importante e tocou-nos a todos. É algo que não estávamos habituados, e que nunca vimos, e é isso que nunca vamos esquecer, e esse é o legado, é a coisa mais importante.

O Campus Educativo, a Zona Histórica, as Vias de Comunicação, tudo isso representa o legado.

Mas, o mais importante é aquilo que não é físico. É a mudança de atitude, a mudança da mensagem, o modo de estar diferente, e é esse legado que vamos continuar a ter e que devemos, quer ao Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, quer ao seu Executivo, pela mudança e pela transformação que foi operada. Com certeza que este legado vai passar para as gerações vindouras.

Naturalmente que o Partido Socialista vai votar favoravelmente este Orçamento porque é um Orçamento com este legado e com uma força muito grande no futuro.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Não venho dizer mal de ninguém, venho apenas dizer-vos que, se calhar, os mais velhos que aqui estão nesta sala sou eu e o Vasconcelos. Eu e o Vasconcelos já passámos por isto há quarenta e um anos. Isto tem a ver um bocado com o que o Nuno Rafael disse. Isto já está empedernido de todo e, se calhar, já são pedras a mais. Nós já somos pedras pré-históricas. Eu passei aqui coisas, como o Nuno passou, mas eu era um bocadinho mais velho quando aqui entrei pela primeira vez. Hoje olho para aqui e, se calhar, a idade média anda há volta dos cinquenta e poucos anos. Eu quando entrei aqui nesta sala a idade média era de setenta anos, e nessa altura, eu vou apenas dizer isto por uma questão de carinho e de passado, havia um respeito entre todos, um respeito que sinceramente muitas vezes, acho que todos nós somos um bocado baldas nisto a linguagem também hoje não tem nada a ver com há quarenta e um anos mas havia um respeito. O cabelo branco, que não é o meu caso, mas havia pessoas que estavam aqui com sessenta, setenta, e oitenta anos que conhecíamos desde miúdos e tínhamos um respeitinho de todo o tamanho e, às vezes, aquilo que falta aqui, e sinto uma mágoa porque quando falamos aqui e vimos para aqui lutar pelo nosso Concelho, e eu acho que todos nós queremos o mesmo e pode ser por maneiras diferentes. Às vezes dizemos que determinada coisa não é para ser feita, aquilo é só para os tipos subirem mais no poleiro. Houve muita gente que subiu à custa de pôr a pata em cima do meu ombro e, se calhar, nos vossos aconteceu o mesmo. Eu acho que isto é assim, e vai continuar, mas vamos ter algum respeito. Há aqui muita gente nova, e sempre se tentou fazer com que os jovens cá ficassem mas era difícil.

No meu tempo havia o Colégio Brás Garcia de Mascarenhas e as pessoas vinham de camioneta, paga pelos próprios, e levantavam-se às seis da manhã para virem para o Colégio.

Hoje, por pequenas coisas estamos a fazer um monte de situações, a chamar de nomes e a dizer que somos retrógrados.

Hoje, acho que temos tudo e quando vocês dizem aqui algumas coisas eu, sinceramente, fico magoado porque eu vi tanta miséria que felizmente hoje não vejo.

Acho que em termos políticos já disse tudo o que tinha a dizer e em termos de futuro eu acho que temos que acreditar. Concordo que votem contra. O Nuno vota contra porque queria outras coisas e o PSD vota contra porque estão coisas a mais.

Estamos sempre à espera que venha uma coisa um bocadinho melhor, e esta luta que todos nós temos é para que se faça melhor, e é a ambição de se fazer mais, é a ambição de trazer os nossos jovens mas, como sabemos, a nossa sociedade é completamente diferente e hoje os jovens já não pensam em ficar aqui e até já temos uma maneira mais fácil de nos deslocarmos e de comunicar.

Passei aqui vinte e cinco anos e, pelo menos, vinte e cinco Orçamentos do PSD e do CDS. Acho que desses vinte e cinco Orçamentos devo ter votado contra cerca de quatro, cinco ou dez, mas houve muitos que votei a favor e até elogiava alguns dos Presidentes.

Desejo a todos um Bom Natal e um Bom Ano.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar dizer o seguinte: O Sr. Deputado João Brito, com a responsabilidade que tem como Presidente da Comissão Política Concelhia do PSD, hoje não teve aqui honestidade política, por uma razão muito simples: Constatou, aqui, que não tinha havido incêndios neste mandato, que não tinham havido os furações, que não tinha havido pandemia, quando há um sofrimento enorme, e faltou ao respeito a todos os Oliveirenses que têm passado dificuldades por causa dos incêndios, por causa dos furacões e por causa da pandemia. O Sr. Deputado João Brito, hoje, disse, aqui, que não havia dificuldades nenhuma e que isso não servia de desculpa. Mas isto não é desculpa é a realidade e chocou-me a sua maneira e vou-lhe dizer porquê? Porque quando traz um papel escrito por alguns que agora o acompanham, mas

todos nós sabemos quem está junto e o trabalho que têm feito, que são os vossos mentores, sabemos os nomes que lhes chamavam.

Nós estamos cá nesta luta para enfrentar e para dizer essas verdades que têm que ouvir na luta política. Eu estrei cá e não me calarei porque percebo muitas das coisas que você escreveu aí.

Quero dar-lhe esta nota: Nós sabemos das coisas. São aqueles que atrasaram o Concelho e, por isso, digo: Eu estou aqui para qualquer debate que seja de honestidade política e intelectual e o Senhor não o foi ao não reconhecer que este foi um mandato extremamente difícil.

O Senhor afirmou que aquilo só servia para desculpa. Mas não, meu caro amigo, não serve para desculpa e sabe porquê? Porque eu estou habituado a trabalhar e a lutar pelo meu Concelho sempre com determinação e com dedicação. E não é o Senhor que vem aqui passar um atestado de incompetência desse trabalho porque você não tem moral para o fazer. E garanto-lhe outra coisa: Sobre a Zona Industrial e sobre o desenvolvimento das avenidas haverá histórias para contar e aquilo que eu lhe quero dizer é o seguinte: Eu e o meu Executivo não temos negócios mas sabemos fazer a história da Zona Industrial mas não lhe respondo hoje, e alguns empresários sabem do que é que eu estou a falar.

Agora passo a responder ao Deputado João Esteves: Eu não sou um técnico e não tenho os números todos do Orçamento como alguns querem, ou pensam que fazem.

Quero dizer que neste Orçamento a receita tem algumas indicações em termos do Quadro Comunitário mas foi uma equipa que o fez com uma Coordenadora da Contabilidade e, por isso, não sou eu que empoço os Orçamentos. Os Orçamentos são aquilo que previsionámos como, por exemplo, o empréstimo não é de três milhões de euros mas é de cerca de dois milhões e seiscientos mil euros porque as obras que estavam indicadas baixaram mas isso não viram e não me admira que não tenham visto!

Também quero dizer aqui: Eu não faço Orçamentos para agradar à oposição. Eu não fui eleito pelo PSD nem pelo CDS, e, por isso, não faço Orçamentos para agradar à oposição. Eu faço Orçamentos para resolver os problemas dos Oliveirenses e não é para fazer números políticos ou para vos agradar.

O Orçamento tem aquilo que é essencial para o desenvolvimento económico e é isso que vos perturba. Perturba-vos ter uma planificação já para 2020/2030 porque nunca foram capazes de o fazer, e porque hoje as pessoas

que vos rodeiam foram os que atrasaram este Concelho definitivamente porque, se calhar, não estávamos a fazer isto e estaríamos a fazer outras coisas para ficar muito mais à frente.

Depois queria dar aqui outra nota: Houve uma reunião com as forças políticas da oposição e o PSD trouxe um conjunto de obras para nós metermos e sabem o que é que aconteceu? Nós tínhamos lá as obras todas e, por isso, não era um Orçamento com falta de visão estratégica. Só havia uma coisa que nós não aceitámos ao PSD porque as outras estavam lá todas. Não tínhamos lá uma. Isto é, o que o PSD não trouxe uma ideia nova. Zero! Trazia uma coisa: Era que o Orçamento tivesse só vinte e cinco milhões de euros. Foi a única coisa que trouxe diferente e que eu disse que não aceitava porque o resto das ideias estavam lá todas e não foram ideias que o PSD nos deu mas quando as pessoas têm boas ideias não interessa se vêm do PSD ou se vêm do CDS.

Depois, em relação ao CDS, e ao Deputado Nuno Rafael, quero dizer-lhe o seguinte: Acho bem que você vote contra. E quero dizer-lhe que não fui eleito pelo CDS. Eu fui eleito pelo Partido Socialista e para defender o projeto do Partido Socialista e não para defender o seu projeto.

Mas vou dar-lhe um conselho: O CDS e o PSD tiveram as suas candidaturas e nós estivemos numa corrida política e o povo não escolheu a sua candidatura e escolheu a nossa e por uma grande margem, por uma grande maioria e, por isso, que fique aqui claro, as nossas ideias não são únicas, estamos dispostos a aceitar propostas, mas devemos aceitar aquilo que é bom e não é tudo aquilo que nos querem meter cá para dentro. Isso eu não aceito, porque nós não fomos eleitos para governar só com as ideias dos outros. Nós aceitamos boas ideias, mas eu tenho encontrado poucas, mas quando acho que é uma boa ideia o Senhor até sabe que eu tenho aceitado e tenho essa flexibilidade.

Sr. Deputado, sei também que o CDS está com um problema de existência a nível nacional e que neste momento o CDS tem dificuldades e está a tentar agarrar-se ao PSD de Oliveira do Hospital e faz muito bem porque, com certeza, vai fazer desaparecer o CDS em Oliveira do Hospital, e depois das próximas eleições falaremos.

Para terminar queria dizer o que nos distingue, e peço desculpa por este modo inflamado mas, às vezes, eu sou uma pessoa também muito reativa e emotiva. Nós olhamos para a frente e a oposição, na minha opinião, olha para trás. Nós olhamos para o futuro com confiança e a oposição olha para o passado com saudade.

O que é que os Oliveirenses esperam de nós? Esperam que construamos um futuro para todos.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do n.º 1 do artigo 45º da Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades Mais Relevantes, para o Quinquénio 2021/2025, o Plano Orçamental Plurianual para o Quadriénio 2022/2025, o Orçamento da Receita e da Despesa para 2021, a proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano de 2021, que foi aprovado por maioria, com quatro abstenções e um voto contra.

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara, que fez a seguinte declaração de voto:

“Gostaria de dizer que a minha declaração de voto tem a ver com o facto de eu me abster porque acho que estamos numa fase complicada do País e da pandemia e acho que isso deveria ter sido acautelado relativamente aos gastos. Espero que esteja errada e que no final do próximo mandato eu possa dizer que foi um erro da minha parte não ter votado a favor e que as obras sejam feitas e que tudo corra pelo melhor no Município.

Bom Natal para todos e as melhoras para quem estiver doente com Covid.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte declaração de voto:

“Estava a ouvir o Senhor Presidente da Câmara Municipal a apresentar aquela panóplia de projectos e tive um *déjà-vu*. Isto parecia uma apresentação do programa eleitoral para 2022/2026. É o multiusos, é a cidade futuro, são as aldeias de futuro, é tudo futuro. A fazer lembrar outros tempos do PS Nacional em que era tudo futuro mas depois alguém teve de pagar a fatura.

Um conjunto de projectos de futuro que não saem infelizmente do papel, e passamos de ano para ano a anunciar estas ideias e estes projectos, algumas delas, aliás, temos vindo a defender e têm a marca do PSD.

Quanto ao meu sentido de voto propriamente dito é a abstenção porque há aqui obras importantes que vemos com bons olhos, como é óbvio. Portanto, não

seria razoável votarmos contra, mas existem outras opções e, como a política é feita de opções, as nossas seriam certamente diferentes porque no fundo são visões diferentes e daí a nossa abstenção.

Desejamos a todos um santo e feliz Natal e umas Boas Festas.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte declaração de voto:

“Queria dizer ao Deputado Nuno Rafael e aos Deputados do PSD a falta que tem feito o multiusos ao longo destes vários anos. Só os empresários de Oliveira do Hospital é que sabem o que efetivamente esse pavilhão lhes tem custado. Este pavilhão não devia estar neste programa já devia ter sido executado há muitos e longos anos, é pena que efetivamente nunca o tivessem feito e que agora ainda venham criticar e dizer que isto era uma coisa para o ano dois mil. Lamento que efetivamente e só quem realmente não sabe, e eu estou a falar como empresário porque sei aquilo que efetivamente nos faz falta e aquilo que outros Concelhos que o têm aquilo que lhes tem sido útil.

Votei favoravelmente o Orçamento e as Grandes Opções do Plano porque entendo que nos perspetivam futuro e a continuação do desenvolvimento a que este Executivo liderado pelo José Carlos Alexandrino ao longo destes anos nos habituou. Este Executivo felizmente levou-nos ao Concelho que hoje somos. Estou certo que quando deixar a Presidência os Oliveirenses ficar-lhe-ão gratos.

Desejo a todos um Feliz Natal.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.^a Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminadas as declarações de voto quero dizer o seguinte: O que quero transmitir, depois de tudo o que ouvi, e muitas das vezes não intervenho porque, apesar de ser eleita nas listas do Partido Socialista, procuro ter uma posição de equilíbrio e de equidade e tenho dado várias vezes o sinal de que é positiva a participação, o que não significa que toda a gente esteja de acordo.

Na verdade, aqui, temos uma situação em que, gostem, ou não gostem, o espaço para crítica não é muito grande.

Ninguém é perfeito, ninguém faz tudo bem, não vale a pena também ter essa pretensão. O Executivo que nós temos há três mandatos teve também as suas falhas, mas globalmente tem servido muito bem os interesses do Concelho, e não é porque eu o digo, ou porque o dizem todos os Deputados, ou

porque o diz o Sr. Presidente da Câmara Municipal. A melhor expressão daquilo que eu acabo de dizer tem sido o voto dos Oliveirenses.

Quero dizer-vos outra coisa: Ao longo da minha vida, também já longa, tenho tido muitas vivências. Nessas vivências tenho aprendido a apreciar também o funcionamento de muitas estruturas. Faço parte de uma geração em que fica mal vir para aqui gabar-me, sinto-me mal comigo própria vir para aqui fazer referência a determinadas experiências, mas tive contacto, fui responsável por Direções-Gerais e nem falo nas minhas funções governativas, falo das minhas funções de direção na Administração Pública e do meu contacto com o mundo empresarial porque também há aqui quem ache que estamos a falar de realidades diferentes. Sou administradora de empresas, os meus familiares foram empresários desta terra que contribuíram para o seu desenvolvimento, há cá cada vez menos pessoas que sabem isso mas ainda há quem saiba.

Eu vivi no mundo empresarial e sei quais são as dificuldades que o mundo empresarial tem, e respeito muito a intervenção pública e a intervenção privada, mas há uma coisa que eu vos quero dizer e que é o seguinte: Tenho apreciado o nosso Executivo, e sei que a pessoa que é liderante e que é mais carismática é o Prof. José Carlos Alexandrino, mas ele teve um mérito inegável e que foi a constituição de uma equipa, porque não é ele sozinho o obreiro da mudança pela positiva que se tem operado na nossa terra. A verdade é que ninguém faz nada sozinho, e não nos iludamos porque é a equipa que ele teve a capacidade de construir, são estas pessoas experientes que fazem parte do Executivo que na verdade também estão preparadas para continuar este grande projeto que o Partido Socialista continua a ter para o nosso Concelho. E compreendo que haja quem seja crítico, e há aspectos que merecem crítica, mas, na verdade, têm pouco espaço, e eu compreendo a dificuldade das pessoas que estão na oposição.

Há um outro aspeto que tenho de salientar, e concordo com o Presidente da Câmara Municipal: No combate político, na diferença, na dissidência, nós devemos ter honestidade intelectual e devemos ter uma postura ética. Acima de tudo temos que ter valores pessoais a defender e não podemos dizer isto e o seu contrário, temos que ter coerência e, às vezes, aqui nesta Assembleia Municipal isso não acontece. Sei que há Assembleias muito piores que esta. Fui a uma reunião das Assembleias Municipais da Região Centro e percebi que a nossa Assembleia Municipal até é uma Assembleia onde os trabalhos decorrem com bastante elevação porque temos, aqui, pontualmente uma ou outra situação, às

vezes até de menos respeito pessoal mas, no geral, as pessoas são educadas, são cordatas, e sabem exprimir as suas diferenças num ambiente civilizado.

Também quero dizer o seguinte: Nós, independentemente do que temos menos bom nas nossas vidas, no nosso Concelho, enfim, no nosso País, também devemos saber valorizar o que temos de bem e, às vezes, as pessoas só sabem valorizar o que não têm e não apreciam o muito que têm, e isso é uma postura, a meu ver, errada. Para termos capacidade de mudar também temos que saber valorizar o que nós fazemos e o que os outros fazem.

Estava a ouvir o Deputado Carlos Mendes a falar e estava a pensar que vim para a Assembleia Municipal em 1997, éramos aqui uns novatos inexperientes politicamente, com sensibilidade para acompanhar mas inexperientes. Aprendi bastante no tempo em que aqui estive e que vinha de Lisboa, porque me ficava mal faltar uma vez que fui eleita, muitas das vezes com custos, de 1997 a 2009 e realmente o debate para o nosso Concelho, as aspirações, não tinham nada a ver com o que se passa hoje. Para a nossa terra ser atractiva e para captar os jovens são precisas estratégias de captação de gente nova para continuar a fazer andar a nossa terra. As pessoas, hoje, valorizam aspetos que no meu tempo não tinham assim tanta importância. As pessoas valorizam, por exemplo, a possibilidade do Pavilhão Multiusos para a prática das actividades deles e dos seus filhos. Portanto, haver uma intervenção que diz “*devemos captar pessoas para o interior*” e depois em simultâneo critica a iniciativa do Pavilhão Multiusos.

Venho aqui a Oliveira do Hospital e relaciono-me com muita gente e tenho muitas pessoas de família em várias faixas etárias e com vários extractos sociais e vejo o que são as aspirações das pessoas e o que esperam para a sua terra e, sinceramente, em Oliveira do Hospital as pessoas têm preocupações ambientais, as crianças estão absolutamente ao corrente tal como estão as minhas netas em Lisboa. Tenho primas que frequentam aulas de violino e outras que frequentam a ginástica artística. Eu comento com os meus amigos em Lisboa que eles não imaginam o salto que a minha terra levou. Oliveira do Hospital não tem nada a ver com o que era há vinte anos. E podem perguntar: Está tudo feito? É tudo magnífico? Não!

Também tenho sentido crítico e sei que faltam algumas coisas. É bom que haja sentido crítico mas, às vezes, não deixa de ser um pouco chocante ouvir algumas intervenções! Sei que tem de haver debate político mas as pessoas deviam ser um pouco mais coerentes, um pouco mais consistentes e, na

verdade, por vezes, não são. Desculpem esta intervenção um pouco mais pessoal que alguns não apreciam.

Quero desejar a todos um Bom Natal, na medida do possível, e que não se deixem apanhar pelo malandro do vírus, tenham muitos cuidados.

Desejo também que o próximo ano seja melhor e que possamos ter uma vida como aquela a que estávamos habituados. Eu estou muito esperançada e até diria que a circunstância da pandemia ter atingido os países todos da União Europeia permitiu esta resposta. Se isto tivesse sido uma azar que nos acontecesse só a nós a bazuca não era o que é. A aplicação daqueles dinheiros tem uma série de passos, do ponto de vista administrativo, que não são leves. A disponibilidade dos meios para resolver os problemas vai demorar algum tempo e nós vamos passar uma fase com alguma dificuldade e vão ser as estratégias dos grandes atores de proximidade, Municípios e Juntas de Freguesia, desde que estejam efetivamente munidos de recursos, que vão permitir minimizar os inevitáveis impactos da crise económica que vamos passar no primeiro e segundo semestre do ano que vem.

Tenhamos esperança e contribuamos todos para ajudar na construção do nosso Concelho.

Felicidades para todos e obrigada pela vossa participação.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero desejar a todos um Bom Natal e um Bom Ano e quero também deixar uma palavra de conforto às famílias que infelizmente tiveram falecimentos devido ao Covid-19.”

E, não havendo mais nada a tratar, sendo vinte horas, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim _____, Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente) _____

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
